



Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Isabel Maria Conde da Silva Ramalho esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 17 de março de 2021.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 19 de março de 2021.**
 - 3. Deliberação n.º 92/21 – Proposta n.º 15/2021 – DAF/DICOR – Empréstimo de Médio/Longo Prazo - Investimentos Municipais 2020 – Adenda.**
 - 4. Deliberação n.º 93/21 – Proposta n.º 16/2021 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do Ano de 2021.**
 - 5. Deliberação n.º 94/21 – Proposta n.º 17/2021 – DAF/DICONT/SERGEF – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o CMS - Clube de Motorismo de Setúbal.**
 - 6. Deliberação n.º 95/21 – Proposta n.º 18/2021 – DAF/DICONT/SERGEF – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Clube BTT de Azeitão.**
 - 7. Deliberação n.º 96/21 – Proposta n.º 10/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas inerentes a pedido de licença administrativa para reconstrução e alteração de edifício destinado a escola e habitação, inserido em zona ARU.**

4

8. *Deliberação n.º 97/21 – Proposta n.º 11/2021 – DURB/DIPU/GAP – Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal.*
9. *Deliberação n.º 98/21 – Proposta n.º 12/2021 – DURB/DIPU/GAP – Alteração ao Loteamento do Bairro da Liberdade.*
10. *Deliberação n.º 99/21 – Proposta n.º 13/2021 – DURB/DIPU/GAP – Alteração ao Loteamento Municipal do Bairro da CHE Setúbal, na Azeda.*
11. *Deliberação n.º 100/21 – Proposta n.º 14/2021 – DURB/DIMOT – Continuidade da Suspensão dos Serviços de Estacionamento Tarifado na cidade de Setúbal – Ratificação.*
12. *Deliberação n.º 101/21 – Proposta n.º 15/2021 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de exceder velocidade máxima de 30 km/h., na Av. dos Combatentes da Grande Guerra.*
13. *Deliberação n.º 102/21 – Proposta n.º 16/2021 – DURB – Alteração ao Regulamento Municipal de Edificações Urbanas do Município de Setúbal.*
14. *Deliberação n.º 103/21 – Proposta n.º 06/2021 – DRH – Atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade. Alteração da Deliberação n.º 62/2021, de 03 de março.*
15. *Deliberação n.º 104/21 – Proposta n.º 02/2021 – SMPCB – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa SECIL, SA.*
16. *Deliberação n.º 105/21 – Proposta n.º 06/2021 – DOM/DIHAB/SEGAH – Suspensão de Venda de Habitação Pública a Inquilinos Municipais.*
17. *Deliberação n.º 106/21 – Proposta n.º 34/2021 – DCDJ/DICUL – Bienal Bambolinices – apoio financeiro e protocolo com GATEM.*
18. *Deliberação n.º 107/21 – Proposta n.º 35/2021 – DCDJ/DICUL – Espetáculo das Marchas Populares de Setúbal 2021 – apoio financeiro.*
19. *Deliberação n.º 108/21 – Proposta n.º 36/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz.*
20. *Deliberação n.º 109/21 – Proposta n.º 37/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio a obra de remodelação da sala de troféus do Rancho Folclórico de Praias do Sado.*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Administração Geral e Finanças, de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 8.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que naquele dia se assinalava o Dia Mundial da Saúde e era com muita pena que tinha que prestar uma informação, em forma de protesto, à Câmara, num dia em que deveriam estar a valorizar as políticas públicas de saúde, a promoção de saúde e o acesso de todos aos cuidados de saúde. No quadro da realização do da 1.ª edição do Fórum de Saúde “Setúbal a Pensar em Si”, que realizariam durante o dia

seguinte, era lamentando e com um protesto veemente que queria dar a informação de que o Ministério da Saúde tinha feito um despacho a autorizar a criação da Unidade de Saúde Familiar da Beira-Mar, atualmente no Centro de Saúde da Beira-Mar, num quadro em que não tinha conversado com o Município de Setúbal - era claro que as competências eram todas do Ministério da Saúde e não as ambicionavam -, com uma consequência concreta em que, do resultado dessa decisão - não questionavam, de forma alguma, a possibilidade de haver ali uma Unidade de Saúde Familiar -, entre 5 a 10 mil utentes que, naquele momento, não tinham médico de família naquela unidade, iriam ser concentrados nas já muito sobrecarregadas Unidades de Saúde do Bairro Santos Nicolau e de São Sebastião, em que aqueles médicos, para além dos seus utentes, ainda tinham todos os outros milhares de utentes sem médico de família. Iriam sobrecarregar ainda mais essas unidades.

No dia em que deveriam estar a promover medidas e políticas que permitissem o acesso de todos aos cuidados de saúde, um direito essencial básico consagrado na Constituição da República Portuguesa, a decisão do Ministério da Saúde, fosse lá saber-se por que razões, se era porque tinha uma promessa de constituir não sei quantas unidades de saúde familiares no país em determinado tempo, tinha como consequência deixar entre 5 a 10 mil utentes ainda pior servidos do que já estavam anteriormente, ainda com menor acesso aos cuidados de saúde primários do que tinham. Isso era um contrassenso quando a Câmara Municipal de Setúbal tinha mostrado toda a disponibilidade e empenho para, em conjunto com o Ministério da Saúde, através da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, encontrar soluções para construir infraestruturas e equipamentos de saúde de cuidados de saúde primários, e, nomeadamente, o Centro de Saúde de Azeitão, que, em breve, iniciaria a sua construção, bem como o Centro de Saúde que deveria substituir o do Bairro Santos Nicolau e que passaria a ser o Centro de Saúde da Bela Vista, bem como um Centro de Saúde no Bairro do Liceu, que permitiria criar as condições materiais e físicas para que todos os utentes do concelho pudessem ter acesso aos cuidados de saúde primários e a médico de família.

Antecipando tudo isso, numa concretização de uma proposta que classificaria como “para inglês ver”, tinha criado uma Unidade de Saúde Familiar, não garantindo que os quase 40 mil utentes sem médico de família que existiam no concelho passassem a ter médico de família. Então, o que é que se tinha feito? Uma manobra em que se criava uma Unidade de Saúde Familiar, mas não se garantia que todos os utentes que estavam, naquele momento, abrangidos pelo Centro de Saúde da Beira-Mar, tivessem médico de família e empurrando todos os que não tinham médico de família para as unidades já muito sobrecarregadas, tanto de São Sebastião como do Bairro Santos Nicolau.

Pensava que faria justiça se dissesse que aquela opinião que estava a dar, de alguma forma, também era acompanhada pela direção executiva e pela direção clínica do ACES Arrábida e, portanto, ainda menos se compreendia a decisão que o Ministério da Saúde tinha tomado naquela altura.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que não tinha percebido bem, mas devia ser erro dele, qual era a questão em concreto. Se tinha sido criada uma USF, iria ser garantido que um determinado número de utentes iria ter médico de família, portanto iriam sair daquele número de pessoas que não tinham médico de família, mas iriam passar a ter, a estar inseridos na USF. Essas pessoas estariam, seguramente, nesse Centro de Saúde da Beira-Mar e iriam passar a integrar a USF. Portanto, tinham sido criadas por essa USF “x” mil vagas para utentes que iriam integrar essa USF e que iriam sair do Centro de Saúde da Beira-Mar. Era isso? Não tinha percebido bem, confessava. Da intervenção tinha ficado sem perceber se era um problema de os médicos lá estarem saírem para USF e irem ser os mesmos médicos. Portanto, era esse o problema? É que não tinha percebido, confessava. Não tinha percebido mesmo o teor da intervenção.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que pedia desculpa, mas, de facto, havia questões que era quem estava por dentro que conhecia melhor. Qual era a diferença entre uma USF e uma UCSP, que era o que era, naquele momento, o Centro de Saúde da Beira-Mar? É que na

4

USF só cabiam utentes com médico de família, não havia utentes sem médico de família. Nos centros de saúde que tinham utentes sem médicos de família, o centro de saúde tinha que garantir a assistência a todos, tivessem médico de família ou não tivessem, que não eram atendidos na Unidade de Saúde Familiar.

O que é que acontecia naquele momento? O Centro de Saúde da Beira-Mar estava lotado, não tinha mais espaço, e, portanto, iria ter aqueles médicos que já lá estavam. Portanto, o que é que iria acontecer? Os utentes que, naquele momento, tinham médico de família no Centro de Saúde da Beira-Mar continuariam a ter médico de família, mais uma meia-dúzia poderia ser acrescentada, mas todos os utentes que, naquele momento, não tinham médico de família e que eram assistidos no âmbito do Centro de Saúde da Beira-Mar, iriam ter que se deslocar para o Centro de Saúde, ou do Bairro Santos Nicolau, que tinha as condições que todos conheciam e que estava lotado, ou, então, para o de São Sebastião, que estava ainda mais lotado, que era o Centro de Saúde que agregava, praticamente, todos os utentes do concelho que não tinham médico de família. A questão era essa.

Sra. Presidente – Disse que a USF tinha algum cariz privado, tinha algumas características, quer em relação aos salários, etc, e, por isso, a maior parte dos médicos e dos enfermeiros, assim que podiam – era da vida, não era? – iam a correr para as USF. Os outros eram obrigados a receber toda a gente e aqueles só recebiam os que estavam na lista e mais nada. Portanto, tinham a vida mais facilitada, mas ganhavam mais, etc. Tinha cariz, tinha umas “nuances” de clínica privada e tinha sido o Estado que as tinha permitido ou que as tinha criado.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, depois da intervenção a pontuar essa circunstância, pelo Vereador Ricardo Oliveira, queria dar algumas notas, felizmente da responsabilidade do município, mais animadores.

Queria partilhar com os senhores vereadores dois momentos que tinham a ver com a inauguração, em primeiro lugar, da Casa-Memória Sebastião da Gama e Joana Luísa, resultado de um trabalho profícuo da Câmara Municipal e que dava sentido a uma das figuras maiores da Cultura setubalense e azeitonense, o Poeta da Arrábida, e que teria lugar no sábado seguinte, às 16 horas, em Azeitão, e que, para além da presença, naturalmente muito condicionada, dos membros do executivo e dos convites dirigidos, teria a presença do senhor Presidente da República, que já tinha confirmado a sua presença na inauguração da Casa-Memória Sebastião da Gama e Joana Luísa.

Ainda no fim-de-semana seguinte, seria inaugurado o Complexo Municipal Supera. Tratava-se do maior complexo da península de Setúbal na área desportiva, com dois planos de água de 25 metros, com uma gama de respostas e de ofertas na prática desportiva e de ginásio que seria uma mais-valia para a cidade de Setúbal. Essa inauguração teria lugar pelas 11 horas de domingo e, a partir da segunda-feira seguinte, respeitando as regras de funcionamento que estavam, naquele momento, em vigor, já estaria ao serviço de todos aqueles que, entretanto, se inscrevessem e que pudessem ser utilizadores desse mesmo equipamento municipal.

Queria ainda dar nota que, tendo sido inaugurado no dia 15 de setembro de 2020, o Centro Municipal de Águas Abertas, infelizmente, pelas circunstâncias que vivíamos e pelo contexto pandémico, não tinha sido ainda possível a abertura formal desse mesmo centro municipal. Tinha sido possível naquele dia e, portanto, tinham dado o mote com umas braçadas simbólicas do Centro Municipal de Águas Abertas que, a partir daquela data, estava aberto ao público. Podiam inscrever-se, tinha acabado de enviar o cartão n.º 1 à Sra. Presidente, como a primeira subscritora e, portanto, a primeira inscrita no Centro Municipal de Águas Abertas. Era possível ali vestir o fato e fazer natação no rio Sado. Era um recurso que dava resposta, também, à estratégia municipal do desenvolvimento desportivo, no que dizia respeito às águas abertas.

A propósito das águas abertas, embora, por vezes, surgissem algumas brisas, enfim, daquilo que era a política desportiva e, inclusive, do que eram equipamentos desportivos e do que é

4

que era o desenvolvimento desportivo na cidade de Setúbal, pelo 3.º ciclo olímpico consecutivo – voltava a repetir, pelo 3.º ciclo olímpico consecutivo e, portanto, estavam a falar de Londres, Rio de Janeiro e, naquele momento, Tóquio, aquele ciclo com as vicissitudes de um ano de adiamento, mas que teria lugar em Tóquio, em agosto de 2021, tinham recebido naquela data, após uma votação “online”, o resultado da votação para a realização e organização do apuramento olímpico na prova de águas abertas – voltava a repetir, apuramento olímpico de águas abertas e, portanto, a prova que apurava diretamente para os Jogos Olímpicos - realizar-se-ia em Setúbal, nos dias 19 e 20 de junho do presente ano. Portanto, se dúvidas tivessem sobre a capacidade de organização, sobre a capacidade de persistência e sobre a capacidade de olhar o território e dele fazer um equipamento em toda a sua condição ímpar, que era aquela que a nossa cidade nos permitia, uma vez mais, a confiança da Federação Internacional de Natação e do Comité Olímpico Internacional em confiar a Setúbal a organização desse evento, que iria trazer, nesses dias, os melhores atletas mundiais até Setúbal e que, obviamente, colocaria a cidade um pouco por todo o mundo, a ser, uma vez mais, afirmada como a capital das águas abertas. Era uma organização que nos honrava. Não conheciam, de facto, algo dessa forma, a repetição cíclica de ter o apuramento olímpico. Não era esperado. As circunstâncias também assim tinham permitido, mas era algo que nos orgulhava e que, também, confirmava, de facto, aquilo que era a condição que Setúbal, naquele momento, tinha na realização de eventos de cariz nacional e internacional e na afirmação da cidade como um expoente do desenvolvimento e do futuro.

Vereador Carlos Rabaçal – Desejou que houvesse saúde no Dia Mundial da Saúde. Só queria fazer uma referência a questões que tinham que ver com o COVID. Era importante deixar uma nota relacionada com a evolução do COVID em Setúbal. Os dados habitualmente registados tinham, como tinha informado, um atraso grande em relação à realidade vivida no concelho.

Naquele momento estávamos com 178 infetados ativos, dados do dia anterior, números que não correspondiam exatamente, seriam ligeiramente menores, segundo as nossas contas, mas, durante algum tempo, tínhamos estado com números muito elevados, por défice de abatimento de dados por parte do sistema de saúde. Também estávamos com o nível de infeções por 100 mil habitantes, registadas publicamente, de 74, mas a realidade andava nos 35. Portanto, era só para terem uma ideia do andamento das coisas.

Em relação à vacinação, fruto de alguma atividade nos centros de saúde e, também, nas escolas, mas, sobretudo, no Centro de Vacinação do Cais 3, estavam vacinados, naquele momento, em Setúbal, 17600 munícipes, o que correspondia, mais ou menos, a 19 por cento da população, o que era um “score” bastante importante, com as duas doses completas. Com uma dose e duas doses estavam 23 mil, o que também já era uma dimensão razoável, tendo em conta que só tinham um centro de vacinação e tinham entendido que iriam ter, pelo menos, um em Azeitão e, talvez, mais outro na zona oriental da cidade.

Nas escolas estavam já vacinados 724 docentes e não docentes, decorrentes da ação do Ministério de Educação com as escolas e iriam ser vacinados, no fim-de-semana seguinte, mais 1200, completando-se, assim, o processo de vacinação.

Em relação ao centro de testes, estavam interessados em ter, como já tinha dito, mais um ou dois centros de teste. Tinham uma dificuldade, era que no ACES Arrábida os tinham informado que tinham um défice atual de 30 enfermeiros e precisavam, dessa reposição de 30 enfermeiros, eventualmente, ter 30 a 50 enfermeiros para garantir a sua atividade corrente e mais a testagem. Para eles era uma preocupação, na medida em que, se viesse, de facto, a vacinação massiva, Setúbal não tinha condições para responder a essa vacinação massiva sem esses recursos.

Convinha dizer que o ACES Arrábida tinha feito propostas de recrutamento, até com nomes e tudo. Nuns casos não tinha vindo recrutamento e, noutros casos, os nomes que tinham indicado eram recrutados por outros sítios. Portanto, havia qualquer coisa que não batia certo e já tinham proposto que a nossa Presidente fosse ter uma reunião com a Administração

4

Regional de Lisboa e Vale do Tejo, na perspetiva desse enquadramento da proteção civil e das medidas e meios necessários para resolver o problema do combate à pandemia, como os meios e recursos necessários no nosso território. Eram essas notas que queria deixar.

Depois, em relação às obras, só uma nota. Tinham, naquele momento, uma dificuldade que era a nossa capacidade de inaugurar obras. Tinham umas dezenas largas de obras para inaugurar e o problema era encaixar os dias e as horas para as inaugurar, tirando aquelas que estavam a concluir e aquelas que estavam a arrancar.

Portanto, daria uma nota mais desenvolvida numa reunião, mas era só para se ter a ideia de que estavam numa fase de conclusão de uma série de obras que tinham iniciado havia um ano ou dois anos, algumas delas. Outras estavam a arrancar e, dentro da lógica de trabalho que tinham desenvolvido, as nossas obras funcionavam desde o primeiro ano até ao último ano do mandato. Era essa nota que queria deixar, também.

No dia anterior tinha sido o Dia Mundial do Desporto. O Vereador Pedro Pina não o tinha referido (voz, em fundo: *“Da Atividade Desportiva...”*), numa situação um bocado aborrecida, que era a da pandemia. Estava quase tudo parado, o que era uma pena, até porque, associando a saúde e o desporto, viam que o desporto, naquele momento, já dava pouco contributo para a saúde, visto que não se podia praticar. Parecia que, a partir de abril, se iria desenvolver alguma possibilidade de trabalho, sobretudo a partir de 19 de abril. Jam ver, sobretudo para a formação, tendo em conta o bloqueio total que havia, sobretudo para as camadas jovens, que estavam em casa, muitos deles em casa em teleescola, em regime quase de clausura, e que não tinham atividade física nem desportiva que ajudasse a compensar muito daquilo que era a sua atividade passiva e a sua situação de sedentarismo.

Sr. Vice-Presidente – Disse que era para deixar uma nota – uma nota e meia –, sobre uma iniciativa parlamentar do PCP, relativa à questão, candente em Setúbal e para a península das NUT, da reconstituição da NUT III, que tinha sido objeto de uma resolução, apresentada no final do mês de março. A outra era em relação à proposta de moção que tinha sido distribuída no início da reunião, em relação à reconstituição da rede de ferrovia e aos Intercidades, a passagem do Intercidade para o sul, a ligação Lisboa-Algarve, passando por Setúbal, mas era objeto de moção e não iria referir mais isso.

Gostaria de chamar a atenção e, naturalmente, deixar como uma nota importante a iniciativa política da reconstituição da NUT III para a península de Setúbal, propondo duas NUT III na Área Metropolitana de Lisboa sem propor a alteração administrativa da orgânica da Área Metropolitana de Lisboa. Essa reconstituição do núcleo da Entidade Estatística de Nível 3 para a península de Setúbal permitia, atingidos os critérios de classificação como NUT II, autonomizar a península de Setúbal como objeto de distribuição de fundos comunitários. Esse era um passo importante. O que se estava a fazer era retomar a categoria de NUT III para a península, com a NUT III Lisboa Norte na parte norte, de forma a que não perdêssemos o *“continuum”* estatístico dos registos que, entretanto, a partir da lei de 2013, no Governo do PSD de Passos Coelho, tinham sido cessados, tinham sido interrompidos.

Era importante, nessa batalha pela reclamação da reconstituição da NUT III, para uma autonomização da gestão dos fundos comunitários, que se seguisse um caminho com passos certos. O PCP tinha apresentado aquele passo, que era a reconstituição da NUT III, para conseguir, depois, retomar a NUT II no âmbito da Área Metropolitana sem dependência de uma alteração substancial da área administrativa. Isso era possível fazer no âmbito do regulamento comunitário, que não exigia aquela meia dúzia de anos para se definir esse processo, mas que cada governo de cada país membro apresentasse, até ao final do 1.º semestre, a proposta de alteração das NUT. Se o Governo o fizesse, podia ser, ainda durante o ano de 2021, tomado um caminho de reconstituição das NUT, para que houvesse alguma autonomia nas unidades estatísticas de nível 3 para a península de Setúbal.

Esse caminho estava iniciado e a Câmara faria bem em apoiar essa iniciativa, independentemente dos quadrantes partidários, porque o assunto era, de facto, de importância relevante para o distrito, nos apoios comunitários que viessem a ser atribuídos ao setor público e ao setor privado, em todas as áreas. Merecia, naturalmente, o apoio.

Portanto, deixava esse relevo, independentemente de, futuramente, com mais alguns pormenores, se poder vir a aprovar ou apresentar uma moção com mais alguns pormenores que definissem essa posição política, que era, genericamente, de apoio a essa iniciativa política que consideravam importante.

Uma outra iniciativa, de facto, também era de grande importância. Também tinha que ver com a reposição de uma situação anterior aos tempos da “troika” e ao Governo Passos Coelho. Era a reposição do Intercidades.

Aquela moção pela reposição do serviço ferroviário do Intercidades em Setúbal enquadrava-se, de facto, numa proposta mais ampla de priorização aos serviços ferroviários no país, que, aliás, não estava em dissonância com os objetivos anunciados pelo Governo, estava em concordância. Mas, no que tocava a Setúbal, de facto, isso tinha importância e tinha relevância em relação, também, aquilo que se tinha feito, que tinha tido o passo quebrado com a pandemia, com o COVID19, que tinha sido o desenvolvimento e a grande expansão que estava a ter o transporte rodoviário, na reorganização feita no âmbito da Área Metropolitana, e, depois, também, na Área Metropolitana do Porto e das outras CIM.

A reposição e a aposta prioritária no serviço de transporte ferroviário tinham para Setúbal um significado especial, daí a moção apresentada.

Sr. Vice-Presidente – Leu a seguinte moção “Pela reposição do serviço ferroviário do Intercidades em Setúbal”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

“Moção

Pela reposição do serviço ferroviário do Intercidades em Setúbal

O PCP apresentou na Assembleia da República um projeto de resolução que, entre outras medidas, propõe que o comboio Intercidades Lisboa-Faro-Lisboa volte a ter uma paragem em Setúbal, depois de quase dez anos de interrupção deste serviço na capital do distrito.

A iniciativa parlamentar do PCP propõe que o Governo desenvolva as “necessárias medidas” para a “reabertura do serviço regional e inter-regional de transporte ferroviário no Alentejo Litoral e no distrito de Setúbal” voltando a pôr nos carris os comboios regionais entre o Barreiro e o Algarve e propõe a passagem por Setúbal do serviço Intercidades Lisboa Faro “com um comboio em cada sentido”.

A CP manifestou, entretanto, disponibilidade para repor este serviço graças à recuperação de algum material circulante e à vinda de Espanha de várias carruagens entretanto adquiridas pela empresa. A empresa esclarece que “assim que haja material circulante em quantidade suficiente” e com os “devidos padrões de qualidade e fiabilidade”, faz “sentido que haja um serviço inter-regional Lisboa-Faro-Lisboa que passe por Setúbal, à semelhança do que acontecia no passado”

A CP, recorde-se, decidiu suspender, a partir de 11 de dezembro de 2011, a paragem dos comboios Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal e o serviço regional de Setúbal para Tunes.

Interrompeu-se, assim, um serviço que funcionou durante mais de noventa anos pela linha do Sado, era primeiro-ministro Passos Coelho.

O fim da paragem destes comboios em Setúbal assumiu, na altura, ainda maior gravidade perante as então recentes obras de remodelação e modernização da estação ferroviária de Setúbal, avaliadas em mais de 14 milhões de euros.

A decisão da CP implicou que os setubalenses tenham, ainda hoje, de se deslocar a Pinhal Novo para apanhar um comboio para o Algarve ou deslocarem-se desta vila para Setúbal quando viajam no sentido oposto. Antes de 11 de dezembro de 2011 podiam fazê-lo a partir de Setúbal no serviço regional pelo menos três vezes por dia, às 09h00, 14h20 e 17h30 e, no sentido inverso, a partir da Funcheira às 08h59, de Tunes às 11h09 e de Faro às 13h30.

O motivo invocado em 2011 para o fim da paragem do Intercidades em Setúbal foi a redução total da distância percorrida pelos comboios para o Algarve, que, sem paragens em Setúbal e

h

Alcácer do Sal, é de 18,6 quilómetros, o que implicou uma redução do tempo gasto, apenas para quem sai de Lisboa, de 25 minutos.

Na decisão então tomada foi, por completo, ignorado o interesse das populações do concelho de Setúbal, mesmo apesar da forte contestação promovida pela Câmara Municipal.

Perante a posição agora manifestada pela CP, em face de maior disponibilidade de material circulante e na sequência de uma iniciativa parlamentar do PCP apresentada na Assembleia da República, a Câmara Municipal de Setúbal considera indispensável que a tutela ministerial da empresa crie as necessárias condições para acelerar o processo de reposição do serviço Intercidades em Setúbal de forma a que, no verão de 2021, os setubalenses possam voltar a utilizar estes comboios, recuperando assim um serviço encerrado em 2011, depois de noventa anos de ininterrupto transporte ferroviário de passageiros entre Setúbal e Faro, com justificações puramente economicistas que não tiveram minimamente em consideração os interesses do concelho de Setúbal.”

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que pensava que todos reconheciam que o trabalho que o Governo e o ministro, em particular, tinham feito na ferrovia e na recuperação da CP como uma empresa pública, que, com medidas que quase diria “low cost”, sendo que os volumes de investimento, nessas áreas, eram sempre de muitos milhões, tinha conseguido recuperar material circulante, como dizia a moção, e, enfim, aumentar o número de carruagens e ativar linhas. Isso era reconhecido e essa intenção da CP, em repor o Intercidades a passar por Setúbal, era de louvar.

Obviamente que iriam acompanhar a moção, que não ia ser formalmente votada, mas, enfim, deixavam ali a sua expressão política, dizendo que, realmente, era um trabalho que estava a ser feito, de grande qualidade, pelo Ministro das Infraestruturas. Como tinham visto, ainda havia bem pouco tempo, numa reportagem, até parecia que tinha galvanizado os próprios funcionários da CP, que diziam, com orgulho, que tinham conseguido recuperar carruagens com dezenas de anos, mas que estavam perfeitamente capazes de desempenhar o serviço, em detrimento de se gastar muitos mais milhões a comprar material novo e que iria demorar muitos anos. Tão grave, quase, como o valor que se iria gastar, era o tempo que iria demorar a chegar esse novo material, quando tinham soluções que poderiam dar serviço.

Portanto, saudavam o ministro por essas iniciativas e a CP e associavam-se àquela moção, no sentido de que, quanto mais rápido, obviamente, melhor e que a ferrovia, o transporte ferroviário, fosse, realmente, tal como tinha sido feito com o passe intermodal e quando a AML se tinha organizado e tinham conseguido ter, com um relativo impacto financeiro, nos municípios e no Governo, uma medida com grande impacto ambiental, impacto na qualidade de vida das pessoas. Que essa medida também servisse para atrair mais pessoas a Setúbal e para permitir a mobilidade dentro do país, de Setúbal para o resto do país.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que tinha sido com agrado que tinha lido a moção e, principalmente, o objetivo de colocar Setúbal num ponto estratégico de mobilidade e de acessibilidade. No entanto, existiam questões técnicas importantes. Em linguagem ferroviária, a CP falava, e muito bem, de material circulante, mas pensava que não podiam minimizar. Não deviam ter apenas em conta o material circulante, ou seja, as carruagens e os comboios vindos de Espanha.

Tinham sistemas de sinalização e sistemas de segurança em que a REFER entrava e havia todo um trabalho e uma planificação nacional desses sistemas, o que tinha que ser visto como um todo. A questão económica, para eles, não era o central, mas, sim, a questão dos objetivos de cada projeto. O CCO, quando tinha essa definição, quando era planeado esse tipo de trajetos e de percursos, existiam muitos critérios, não eram os económicos, era, como estava referido, e muito bem, a questão da poupança de tempo, a questão de haver, ou não, desvio, e, portanto, sentia necessidade de mais alguns pareceres técnicos, porque o último que tinham seria de 2011, principalmente porque só se falava em material circulante e não em sistemas de segurança, num padrão inserido, integrado, de mobilidade para Setúbal, que o

4

PSD defendia. Como sabia, sempre tinha defendido. O voto deles seria no sentido da abstenção.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha sido dito que a questão económica não era importante, mas pensava que tinha sido por questões económicas que o Governo de Passos Coelho tinha cortado, efetivamente, esse serviço à população, esse entre outros. Sinceramente, a posição do PSD parecia-lhe estranha. Estava preocupado com outras questões em que a CP não manifestava preocupações. Não lhe parecia que fosse motivo para que o PSD, ali, na reunião da Câmara, não se associasse àquela moção, que achava que iria valorizar não só Setúbal, mas toda a região como um todo. Mas, enfim, essa era a posição do PSD.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se queria associar, naturalmente, ao conteúdo da moção, mas achava que quem falava tinha que ouvir. A questão que se colocava era que, durante as últimas décadas, talvez 30 anos, quer o PS quer o PSD tinham destruído a ferrovia nacional. Tinham destruído a Sorefame, tinham destruído a Cometna. Tínhamos tecnologia de ponta e éramos construtores, produtores e exportadores, de nível mundial, de material rolante. Andávamos a discutir um plano de articulação da rede ferroviária portuguesa, a bitola portuguesa com a bitola ibérica e com a bitola europeia. Andávamos a fazer uma discussão de aprofundamento da rede ferroviária e o PS e o PSD tinham decidido destruir, privatizar, eliminar, favorecer o “lobby” dos expressos e das autoestradas, com um impulso determinante do PSD, com Cavaco Silva, e tinha-se acabado com a ferrovia em Portugal, ao contrário de todos os países europeus.

Nós tínhamos feito o papel dos inteligentes, dos espertos, dos que tinham visão estratégica em rede de transportes, enquanto os outros europeus todos tinham feito o papel inverso, ou seja, tinham mantido, desenvolvido, aprofundado e tinham redes ferroviárias absolutamente espantosas. Portanto, isso tinha custos financeiros, ambientais, tinha custos de todo o tipo.

Naquele momento, o que estava a ser feito era um remendo. Achava bem que se dissesse que era mais o ministro que estava a fazer isso, porque o PS, o que tinha feito, tinha sido só destruir a ferrovia durante esses anos todos. Ainda se lembrava da divisão da CP, da CP Carga e de outras áreas da CP e da entrega aos “boys” de cada um dos partidos, de uma forma rotativa, da direção de uma empresa absolutamente estratégica do país. Portanto, esse era o quadro que tínhamos tido.

Naquele momento, aquele ministro, pelo menos, anunciava, porque aquilo que tínhamos de substantivo, naquele momento, no terreno, era, sobretudo, anúncio, medidas de reabilitação de carruagens antigas, etc, mas, sobretudo, anúncios. No terreno ainda não estavam. Em relação a alterações substantivas na ferrovia e a uma estratégia global para a ferrovia no terreno também não estava, até porque, para quem não sabia, a ferrovia, para fazer uma viragem estratégica, precisava de 20 anos.

Portanto, as loas que se pudessem tecer, naquele momento, ao que estava a fazer o ministro ou o Governo, era preciso ter calma com elas, porque uma estratégia que se percebesse - e não se percebia ainda - da ferrovia para Portugal, que ainda não estava montada, exigia muito tempo e exigia uma coerência muito grande na evolução do processo de montagem dessa estratégia. Isso ainda não existia. Existiam medidas, enfim, extremas, de tentar aguentar e salvar a CP e garantir que, pelo menos, tinha material rolante. Essa é que era a questão que estava em cima da mesa e aquilo que, naquele momento, estava a ser feito.

Portanto, era só para dizer que estava de acordo com a moção, naturalmente. Era uma moção que apontava para a solução de um problema concreto em Setúbal, que não tinha sido o PS que tinha tomado a iniciativa na sua estratégia e devia estar, por um lado, e, por outro lado, também queria chamar a atenção que, quando a pretexto daquela moção, se começavam a tecer loas à ação do Partido Socialista, era preciso ver quem era o Partido Socialista na ferrovia e podia fazer-se um desenho. Na reunião seguinte trariam um desenho de todas as medidas destrutivas que o PS tinha feito em relação à ferrovia. Era fácil, e o PSD também. Era fácil, não custava nada, e os milhões que se tinham perdido e os milhares de

4

milhões que iriam ser necessários para recuperar a capacidade média europeia em Portugal, em termos de ferrovia.

Sr. Vice-Presidente – Disse que era verdade o que o Vereador Carlos Rabaçal tinha acabado de dizer. Havia que compreender, mas, também, isso não era contraditório com aquilo que estava no teor daquela moção, que era aquele incentivo - digamos assim, se quisermos – de estarem a dizer à tutela daquela empresa que devia prosseguir esse caminho. Independentemente do que se tinha passado até àquele momento, independentemente das não reposições das medidas lesivas do interesse público e dos utentes dos transportes públicos no país, que ainda não tinham sido tomadas após o fatídico governo da “*troika*” e de Passos Coelho, todos os passos que fossem dados no sentido da reposição dessas medidas, que eram ambientalmente importantes, economicamente relevantes e que eram, em termos de serviço público às populações, muito importantes para a população de Setúbal, eles estavam de acordo. Portanto, estavam de acordo e estavam a querer que esse ponto de viragem não fosse, apenas, nas declarações e nas intenções anunciadas até agora, nomeadamente no privilégio da ferrovia, que se concretizassem no terreno. Isso era o que era refletido na intervenção do Vereador Carlos Rabaçal.

Já o que a senhora Vereadora do PSD tinha dito, tinha alguma dificuldade maior de entender, em termos de coerência política, porque, algumas vezes, na reunião de Câmara – os representantes, compreendia a dificuldade da continuidade das posições tomadas, quando havia troca de representações -, tinham sido defendidas medidas ao contrário daquelas medidas de prejuízo que tinham sido dadas a Setúbal, no caso da ferrovia e dos transportes, pelo senhor Vereador Nuno Carvalho, contrárias à questão de pormenor que a senhora vereadora tinha apresentado (“*porque não estavam lá as questões técnicas*”).

Uma moção política era uma declaração política, não era um catálogo de medidas técnicas. Não era por causa das medidas técnicas que iriam dizer que a posição era melhor ou pior. A técnica era para os técnicos. A posição política era para os políticos e em função do interesse público. A população de Setúbal beneficiava com isso e tinha sido prejudicada, durante esses 10 anos, com a interrupção de um serviço de 90 anos, quase um século. Tinha havido um Governo que tinha tido coragem de fazer isso, interromper um serviço de quase um século de benefício à população.

Portanto, era essa constatação que se fazia e dizia-se: “*Finalmente! Instamos a tutela*” – como tinha sido referido pelo senhor vereador, o bom Ministro das Infraestruturas – “*a que concretize estes anúncios*”, porque tinham, também, uma história de promessas que não tinham sido cumpridas e não tinham sido executadas. Ali, estavam a dar força ao senhor Ministro e estavam a dizer ao PSD que não tinha nenhuma razão para apresentar desculpas técnicas. Se era o interesse do serviço à população nos transportes públicos, deixasse as suas questões técnicas para os técnicos. Podia acolher a moção à-vontade.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que agradecia essa motivação, mas que a deixasse dizer-lhe que não iria acompanhar. Tinha sido bem clara, não iria acompanhar. Se calhar, o PSD tinha sido cauteloso, apenas isso. Estavam a favor da mobilidade, da melhoria de acessibilidades. Não sabia se tinham conhecimento, mas, por exemplo, tinha sido colocada em serviço a linha da Beira Baixa, de domingo para 2.ª feira. Portanto, estavam a ser feitas muitas coisas. Os concursos estavam a sair e as empresas estavam a ganhá-los.

Estavam a falar de sinalização e, nessa parte, acompanhava pessoalmente. Essa situação, ao nível do país, era claro que a deixava satisfeita e deixava o PSD satisfeito. O PSD queria o desenvolvimento. E deixava Setúbal, se conseguisse lá chegar, satisfeito. Ali, apenas gostaria de deixar uma abstenção, para que, um dia mais tarde, não lhes pudessem dizer o que estava a ser dito: “*Acompanharam-nos, agora não nos acompanham.*”

Teriam todo o gosto em acompanhar a população, os setubalenses, porque também andava de comboio e também tinha andado. Portanto, tinha todo o interesse. Para ir para o Alentejo tinha que apanhar o comboio no Pinhal Novo, não lhe dava jeito. Não estava ali para falar pessoalmente. Deixava essa decisão a eles porque, naquele momento, era ela que ali estava.

Eram só um. Naquele momento, era ela. Portanto, era essa a postura que o PSD iria deixar, mas respeitava todas as outras.

Sra. Presidente – Disse que saudava aquela proposta do PCP. Era uma proposta do PCP. Era preciso que, no meio daquelas incursões todas, de alguns chutarem para o lado e parecia que não tinha acontecido nada e tal: *“Agora é que estamos a trabalhar bem.”* O PS costumava fazer isso melhor que ninguém: *“Não foi nada connosco!”* - e assobiava para o ar. Não estava a dizer que não estavam a trabalhar bem. Tinha visto, por acaso, aquela reportagem da CP e dos trabalhadores a recuperarem as carruagens, que achava que tinha sido fantástica. Aquilo tinha sido um exemplo, era pena que não tivesse sido há mais tempo. De facto, o Governo tem estado à altura e, se calhar, até tinha incentivado para que aquilo tivesse acontecido. Não sabia exatamente em que termos é que aquilo que se tinha dado, mas, ou antes ou depois, o que interessava era que, com certeza, tinha dado autorização para que aquilo tivesse acontecido, porque era preciso comprar material para a recuperação e para a manutenção, etc.

Portanto, saudava vivamente essa tomada de posição, quer dos trabalhadores quer do Governo, para que tal pudesse ter acontecido. Saudava vivamente, mas saudava e agradecia ali a intervenção do Vereador Carlos Rabaçal, porque era preciso que houvesse memória, que não se esquecessem as coisas, porque, senão, parecia que o PSD, que, de facto, apregoava aos sete ventos, aí, nos jornais: *“É, pá, vamos lá para as NUT, vamos lá trabalhar nas NUT!”*, quando tinham sido eles que tinham acabado com aquilo.

Já mais do que uma vez o senhor Vereador Nuno Carvalho tinha dito: *“É uma pena que o Intercidades não pare aqui, temos que repor e tal”*, mas tinha sido o PSD que tinha acabado cá com essa questão. Portanto, a primeira da intervenção da senhora vereadora era, de facto, coerente com a questão economicista que o PSD tinha tido no período de Passos Coelho e que tinha arrasado com o país, não o tinha posto melhor. Por exemplo, os autarcas continuavam sem ter os seus ordenados repostos, porque os autarcas eram figuras menores, e, portanto, continuavam sem ter os seus ordenados repostos. Tinha sido isso que tinha acontecido, de facto, com uma política economicista. Portanto, naquele dia, ali, também era coerente com a primeira intervenção da senhora vereadora.

Saudava essa reposição, essa proposta do PCP e orgulhava-se de fazer parte desse partido, que tantas propostas, tão boas e tão positivas, tinha vindo a levar, desde sempre, à Assembleia da República, ultimamente com o benefício de *“fazemos falta, não é verdade?”* e, portanto, terem beneficiado o povo português, porque a falta que faziam na Assembleia da República tinha permitido que o povo português tivesse beneficiado de alguma melhoria das suas condições de vida. Portanto, queria saudar o PCP por causa dessa proposta, que parecia que ia ser aceite. Pelo menos, a CP já tinha dito *“sim, senhora.”* Quer dizer, alguém devia ter dito à CP: *“É, pá, vê lá se há aí um material circulante, que é para ver se estes gajos se calam um bocadinho, que é para ver se repomos aqui alguma coisa.”* Estavam a repor um serviço que nos tinha sido retirado após quase um século e, portanto, era bom que isso estivesse a acontecer.

Queria, ainda, dizer que, como era do conhecimento de todos - se não era, passava a ser -, Setúbal tinha vencido, em quatro categorias, o Prémio Autarquia do Ano. Uma categoria tinha que ver com artes plásticas, na categoria de Cultura e Património, com A Gráfica, o Centro de Criação Artística, na antiga gráfica dos Armazéns dos Papéis do Sado, onde se produzia cultura e, portanto, ainda não tinha as condições que gostariam que tivesse, mas, de facto, o pessoal da cultura já fruía daquilo, utilizava aquilo com grande sucesso e, portanto, era para eles uma grande felicidade. Aquilo ia sendo reparado. Chovia lá dentro, ia-se reparando, fazia frio, ia-se alterando as janelas, para não parar de uma vez por todas. Qualquer dia os nossos eletricitistas tinham que ir lá mudar a eletricidade toda daquilo e, portanto, iam caminhando. Tinha sido assim que tinham feito com outros edifícios e aquele iria ser mais um edifício de referência. Naquele momento já era um edifício de referência, para que não se perdesse a memória daquilo que tinha sido um estabelecimento de produção industrial, digamos, de uma tipografia, que, qualquer dia, estava só nos anais do passado. Portanto, era bom que esse

espaço não desaparecesse da cidade, porque, de facto, tinha empregado muitas pessoas e de lá tinham saído livros e muitos documentos importantes.

A outra categoria desse concurso tinha sido a categoria do Desporto e Vida Saudável, com as infraestruturas para a prática desportiva. Isso tinha que ver com a escola de que o vereador tinha falado, de natações de águas abertas, dos circuitos de águas abertas. Estava ali, de facto, um equipamento também feito pelos nossos trabalhadores e estava fantástico, com balneários e com vestiários. Era uma coisa fantástica. Quem queria ir ao mar saía e ia lá tomar um duche antes de ir para casa. Achava que estava fantástico esse equipamento. Portanto, também tínhamos ganho esse prémio.

Depois, na categoria de Cultura e Património, na área da Gastronomia, tínhamos ganho o Setúbal Terra de Peixe e, por fim, na categoria de Ecologia e Cuidados dos Animais, tínhamos ganho com a campanha Setúbal em Bom Ambiente. Tinha que ver com o nosso CROAC, que estava um hotel fantástico. Até tinha, naquele momento, um espaço, de uma antiga vacaria, para animais de grande porte, que estava a ser também feito com a ajuda dos nossos trabalhadores. Tinha uma empresa de fora, porque tínhamos ganho uma candidatura e, portanto, havia intervenção por parte de uma empresa externa ao município, que estava a ser paga com essa candidatura, e a outra parte estava a ser feita com os nossos trabalhadores, na antiga vacaria que estava ocupada por pessoas que moravam numa casinha ao lado. Já tínhamos pombal, uma parte já tinha pombal. Devia ser o Tolentino, que era o homem dos pombos. Era ele que estava a fazer, em grande parte, essa recuperação. Depois, o resto era para os animais de grande porte, na parte da vacaria, e, na parte dos canídeos, estava cheio de casinhas, lindíssimo. Era um autêntico hotel para cães. Estava lindíssimo, cheio de pisos, e a bicharada estava ali feliz como nunca tinham visto lá os animais. Tínhamos ganho, também, esse prémio na categoria de Consciencialização Ambiental, com a promoção disso.

O painel do júri dessa 2.ª edição tinha sido constituído por Miguel Ribeiro Ferreira, que era CEO da Fonte Viva, Luís Nazaré, que era professor universitário do ISEG, Ana Firmo Ferreira, que era CEO do Lisbon Awards Group, Gonçalo Saraiva Matias, que era professor universitário da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Paulo Padrão, que era diretor-geral do ECO e, ainda, Teresa Figueira, que era *“partner”* da Lift Consulting e Presidente da APECOM. Não conhecia ninguém dessa gente, não sabia se algum vereador conhecia ou tinha pago para ter esses prémios, que era o que circulava nas redes sociais. Não conhecia nenhum deles e pensava que a vereadora da área também não.

Eram prémios que os orgulhavam e era um reconhecimento do trabalho de todos, do trabalho do executivo municipal, mas, sobretudo, dos trabalhadores que lá estavam a pôr aquilo de pé, dos trabalhadores que estavam no gabinete, na área técnica, que estavam a promover e a preparar esses *“sites”*, esse programa e esse plano, e, também, dos trabalhadores da área da comunicação, que também faziam a promoção desse trabalho.

Além disso, queria falar de um grande autarca, para si, que fazia o favor de ser seu amigo, também, que tinha falecido. Tinha falecido, como era do conhecimento geral, o Dr. Almeida Henriques, que era o Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios e seu colega na Associação Nacional de Municípios e, independentemente disso, um homem com quem tinha trabalhado, quando ele era presidente da AICEP, relativamente à Decathlon, um homem sempre presente, fosse onde fosse, ativo, atencioso, próximo, cuidadoso, respeitador, muito bem formado, muito educado, fosse com quem fosse. Tinha trabalhado com ele em várias áreas. Tinha sido incedível na aprovação da nossa Decathlon. Quando foi Presidente da AICEP, tinha vindo muitas vezes a Setúbal, por causa desse projeto.

Tinha sido um homem muito ativo, também, na Associação Nacional de Municípios, onde tinha a área das Cidades Inteligentes. Tinha corrido, tinha calcorado o país, para sensibilizar os autarcas para a importância da área digital, que era a sua responsabilidade na associação. Tinha sido, também, um exímio autarca em Viseu, onde tinha feito um trabalho fantástico. Só a título de graça, numa das apresentações dessas Cidades Inteligentes em Setúbal, no Fórum Charlot, Almeida Henriques tinha dito que a Viseu era a cidade que mais rotundas tinha no país, mas Setúbal era, com toda a certeza, a cidade que tinha as rotundas

4

mais belas de Portugal. Naquele momento, era uma gracinha, mas ele tinha dito isso. Não era que isso tivesse feito pesar a consternação que sentia com o seu desaparecimento e, portanto, queria deixar um voto de pesar à sua família, aos seus conterrâneos, aos seus municípios e ao PSD, pelo desaparecimento de Almeida Henriques. Pedia um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que se associavam, naturalmente, ao voto de pesar que a Sra. Presidente, de forma tão sentida tinha apresentado, e, também, queria lembrar todos aqueles que, ao serviço – e ele estava como presidente da Câmara –, apanhavam a doença atual, fossem políticos, fossem enfermeiros ou fossem professores, todos os profissionais que, ao serviço, se expunham, como os funcionários públicos, enfim, toda a gente que se expunha àquele drama do que era a pandemia, com consequências extremamente nefastas. Também endereçavam condolências, naturalmente, ao PSD.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que agradecia as palavras do senhor vereador e agradecia, também, à Sra. Presidente, pelas suas palavras. O PSD registava-as e agradecia, de tão sinceras e sentidas de tinham sido, bem como, também, ao PS. Sem dúvida que o PSD tinha perdido uma pessoa muito importante e tinha ficado sem grande elemento que tinha feito história. Esperavam que todos no PSD pudessem ver nele uma referência e segui-la com o mesmo humanismo, seriedade, cordialidade e inteligência.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação à União Setubalense, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“Saudação

122.º aniversário da Sociedade Musical Recreativa União Setubalense

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Sociedade Musical Recreativa União Setubalense pela passagem do seu 122º aniversário, data assinalada no passado dia 22 de março.

Fundada a 22 de março de 1899, a atual Sociedade Musical Recreativa União Setubalense (SMRUS) começou por intitular-se Sociedade Filarmónica União Setubalense e tinha sede no bairro de Troino, não muito longe das atuais instalações situadas em plena Avenida Luísa Todi.

À semelhança do que aconteceu com muitas coletividades nascidas no final do século XIX, a música era a principal atividade da União Setubalense, onde a filarmónica nasce precisamente no ano da fundação da coletividade, sob a direção do maestro Ariovisto José Valério.

Cerca de vinte anos depois, com a introdução do cinematógrafo e da prática desportiva do futebol na cidade, as filarmónicas locais deixaram de ser o principal ponto de interesse das populações, o que levou ao esquecimento ou à passagem da música para segundo plano em muitas coletividades. Apesar de ter resistido, na década de cinquenta do século XX começam a surgir razões que contribuem para o fim da banda filarmónica, nomeadamente o facto de em Setúbal haver cada vez menos trabalho, o que levou muitos músicos a procurar ocupação noutras paragens. Por alturas do 74.º aniversário, a banda da União já não saiu à rua.

Em outubro de 1924, a União Setubalense inaugurou sede na Avenida Luísa Todi, local onde ainda hoje se encontra instalada. Houve festa com o tradicional baile “Encarnado e Branco”, que faz justiça às cores do estandarte e foi tradição da União por muitos anos. O baile ainda faz parte da agenda da coletividade, embora já não com a mesma importância de outros tempos.

A satisfação com as novas instalações durou pouco, já que logo a seguir à inauguração, em 24 de novembro, um incêndio destruiu parte do edifício. A coletividade instalou-se, na década de trinta do século XX, no Teatro D. Amélia, hoje Fórum Municipal Luísa Todi, e só

5

em 1956 voltaria às instalações que ainda hoje ocupa, no número 233 de uma das principais avenidas da cidade.

Nos anos mais recentes, a União Setubalense ganhou projeção na área da dança, o que, de certa forma, dá continuidade à génese musical da associação e faz justiça aos afamados bailes temáticos, em que, além do “Encarnado e Branco”, se destaca o famoso “Baile da Pinha”.

A Rítmus – Escola de Dança é agora a principal impulsionadora da dança na União, que conta, no seu historial, com vários prémios em concursos nacionais e internacionais de danças de salão.

Em 1989, a prática da dança desportiva tornou-se a principal atividade e, em março de 2012, através do referido projeto, iniciaram-se mais vertentes nesta área: iniciação, competição, social e, posteriormente, a vertente grupo através das “All Girls”.

Em constante rejuvenescimento, a União Setubalense é, apesar dos 122 anos de existência, permanente parceira do poder local, contribuindo com as suas instalações para a realização de vários eventos e participando em atividades que ocupam não só os seus associados, como a população residente na freguesia onde se insere.

Centros nevrálgicos do poder associativo e do envolvimento das populações, as coletividades merecem, da parte de todos, mas em especial da parte do poder político, um respeito e agradecimento imenso por tudo quando fazem e pela forma como contribuem para o bem-estar social daqueles que frequentam os seus espaços. Ponto de partilha de histórias, de alegrias e tristezas, a União Setubalense é, e será sempre, um marco nas páginas do associativismo da cidade e do concelho.

Que estes aniversários se continuem a repetir e que a União Setubalense continue a ser, tal como aconteceu nos últimos 122 anos, uma casa de democracia e entretenimento, são os votos da Câmara Municipal, que presta, nesta saudação, homenagem aos fundadores desta histórica e centenária coletividade, assim como aos que, nos dias de hoje, ajudam a perpetuar as memórias e a assegurar a sua continuidade.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o PS se associava, naturalmente, àquela saudação à União Setubalense, uma coletividade importante no movimento associativo de Setúbal, uma coletividade que tinha proporcionado momentos de lazer e de bem-estar a muitas gerações, principalmente às gerações mais antigas, atualmente com 80/90 anos. Era um local de lazer e de bem-estar, de momentos inesquecíveis, quando havia outro tipo de ocupação dos tempos livres.

A União tinha tido um papel importantíssimo nos fins-de-semana de uma geração que, naquele momento, na maior parte, já não existia, mas os que eram vivos tinham recordações, certamente interessantes, dessa grande coletividade, que tinha trilhado caminhos difíceis, como muitas outras, mas conseguia ainda estar viva e isso era o mais importante. Ser apoiada pelo poder político também lhe parecia importantíssimo. Para que não acabassem essas referências na cidade, todos tinham um papel importante no apoio a esse tipo de coletividades.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que o PSD também acompanhava a saudação, felicitava a Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, reconhecia toda a sua atividade ao longo de muitos anos e, sem dúvida, que esse tipo de associações, todas elas, davam vida às cidades, às terras e às gentes. Com todas as suas atividades e união eram de extrema importância.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que queria só deixar uma nota de pesar, pelo falecimento de Jorge Coelho, antigo dirigente socialista e ministro de três pastas no Governo de António Guterres. Jorge Coelho tinha morrido naquela tarde, com 66 anos.

Querida deixar, apenas, uma frase que tinha na sua memória, proferida por Jorge Coelho aquando da tragédia de Entre-os-Rios, em que ele tinha dito que “a culpa não pode morrer solteira” e tinha-se demitido.

4

Concordando, ou não, com as suas opções políticas, com as suas posições, era um exemplo que nem sempre era traduzido em ação pelos políticos. Jorge Coelho tinha-o e tinha-o feito. O PS estava de luto.

Sra. Presidente – Disse que a CDU se solidarizava e juntava-se a esse voto de pesar. Deveriam trazer na próxima reunião um voto de pesar - se calhar, consensual, com a participação de todos -, uma coisa escrita que devia ficar nas atas, para dizer que lamentavam a partida de um político nacional, daqueles de primeira água, como tinha sido Jorge Coelho, um homem que tinha estado nos vários patamares da política.

Portugal ia ficando cada vez mais pobre com a partida desses dinossauros da política, que iam saindo de todos os partidos. Tinha partido Almeida Henriques, que era um homem grande da política, tinha partido Jorge Coelho, que era igualmente um homem grande da política, discordando, ou não, das suas opções, mas tinha sido por isso que se tinha feito o 25 de Abril, para as pessoas terem a liberdade de pensarem, exatamente, como muito bem entendessem.

Tinha sido um candidato à Assembleia Municipal e, portanto, nesse sentido, a Câmara Municipal de Setúbal, a CDU, naquele caso, achava que devia endereçar um voto de pesar à sua família, e, também, à família socialista, a família do seu partido. Achava que, na próxima reunião, deveria ficar um documento.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que o PSD também deixava uma palavra de lamento.

A Sra. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 17 de março de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

2. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 19 de março de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

3. Deliberação n.º 92/21 – Proposta n.º 15/2021 – DAF/DICOR – Empréstimo de Médio/Longo Prazo - Investimentos Municipais 2020 – Adenda

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que o Partido Socialista tinha votado contra a proposta inicial, por entender que alguns desses investimentos, pelos valores, deveriam ser feitos com a receita corrente e não com recurso a empréstimos.

Portanto, não tendo nada a ver com a proposta em si, que era apenas uma retificação, como a Sra. Presidente tinha dito, por uma questão de coerência, foram também votar contra.

L

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que, nesse caso, o PSD, que também tinha votado contra anteriormente, naquele caso, uma vez que havia uma sugestão do Tribunal de Contas, iria abster-se.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, 3 votos contra, do PS, e 1 abstenção, do PSD.

4. Deliberação n.º 93/21 – Proposta n.º 16/2021 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do Ano de 2021

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o Partido Socialista tinha vindo, ao longo dos anos, a defender uma redução, que diria “*mais musculada*” – se lhe era permitida a expressão - do IMI e da taxa de IMI aplicada em Setúbal, porque entendiam que, no prazo de um mandato, seria possível reduzir a taxa de IMI até à sua taxa mínima. Entendiam que esse passo podia ser dado começando por uma redução para 0,40. Isso tinha sido uma proposta do Partido Socialista ao longo dos anos.

A CDU, pelos motivos que tinha vindo a apresentar, também ao longo dos anos, fosse por uma opção política declarada, fosse por aquela que tinha sido, durante muitos anos, propalada como sendo uma imposição legal, tinha optado sempre por manter a taxa máxima até ao ano anterior.

Registavam, efetivamente, a redução de um ponto percentual do ano anterior e a proposta de redução de um ponto percentual, também, do corrente ano, mas entendiam que seria necessário avançar mais nessa redução e que era fundamental, nos tempos que atravessávamos, que o município, fazendo uso daquilo que eram as taxas e os impostos que lhe competia definir, deixasse mais algum dinheiro no bolso das famílias setubalenses, para que o pudessem utilizar, também, no comércio local, junto dos micro empresários e dos pequenos empresários, que tinham sofrido tanto com a pandemia, como tínhamos todos, mesmo aqueles que não tinham negócios, mas, particularmente, aqueles que tinham sentido grandes dificuldades de tesouraria, pudessem ter dessa forma, de uma forma indireta, um outro apoio, que era haver nas famílias setubalenses e azeitonenses maior rendimento disponível, para poderem utilizar na economia local.

Por isso, gostaria de colocar à consideração uma proposta de alteração da taxa de IMI, que, em vez de ser de 0,43 seria de 0,40.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que, relativamente à taxa de IMI dos prédios urbanos, o PSD mantinha aquilo que tinha vindo a dizer. Ou seja, mantinha a proposta de fixar a taxa nos 0,40 por cento.

Perante a crise socioeconómica que vivíamos e perante as dificuldades que se avizinhavam, os setubalenses e os azeitonenses mereciam pagar menos em 2022. Gostariam, por uma questão de coerência, ou na tentativa dela, de lembrar que, no ano anterior, na redução que tinha sido votada no ano anterior, tinha votado com uma abstenção. Tinha sido uma abstenção, porque tinha havido redução, tinha havido essa intenção, tinha sido concretizada e tinham votado de boa-fé.

Ao refletirem sobre esse mesmo assunto, e dada a situação pandémica daquele momento, vinham, também, reforçar a necessidade de reformular e de fixar a taxa nos 0,40. Aguardavam que assim fosse, senão iriam votar contra.

Sr. Vice-Presidente – Disse que o senhor Vereador Joel, do Partido Socialista, e a senhora Vereadora do PSD estavam a semi sustentar a posição que a CDU e o PCP tinham sustentado de forma mais alargada, que tinha sido uma redução mais alargada do IMI para

4

todos os contribuintes do país. Tinham proposto isso na Assembleia da República e o PS tinha votado contra e o PSD tinha votado contra.

Propunham para todos a redução por igual e os senhores do PS e do PSD votavam contra. Depois, em particular, chegavam a Setúbal, porque eram de Setúbal e diziam: *“Façam uma redução menor!”* Estavam de acordo com os contribuintes ficarem com mais disponibilidade financeira? Reduzissem o IRS, fizessem favor, tocava a todos, os senhores que estiverem no Governo e os senhores que apoiassem as propostas do Governo ou que votavam igual ao Governo, em redução de impostos.

Os senhores que estavam de acordo que havia necessidade de maiores disponibilidades que não limitassem no Governo nem fizessem jogos de devolução ao Tribunal Constitucional dos aumentos dos apoios aos pequenos comerciantes, aos pequenos industriais e às pessoas que precisavam. Não fizessem isso, não atirassem para a Câmara de Setúbal, em particular, ou outras, em particular, com se fosse a salvação da sustentabilidade da nossa população essa redução desses fatores de IMI. Era sobre o imposto da propriedade que queriam fazer e a equidade fiscal? Sobre rendimentos da propriedade queriam fazer a equidade fiscal no município?

Não era assim. Eles tinham proposto, num âmbito perfeitamente igualitário e constitucional, que a redução fosse igual para todos e em todos os municípios e os senhores do PS e do PSD não tinham aceitado. Porquê? Só para se entreterem com aquela jogada política? Aqui somos contra, ali somos a favor, se somos maioria mantemos, se não somos... Isso não tinha cabimento nenhum.

Tinham ali uma medida que era, meramente, de gestão financeira e orçamental, as necessidades do município para poder fazer os apoios aos mais necessitados. Não podíamos reduzir a nossa receita dessa forma absurda. Não apoiavam reduzindo àqueles que podiam pagar, apoiavam apoiando aqueles que não tinham para pagar. E, para isso, era preciso que houvesse sustento orçamental. Aquela proposta não tinha, no valor de IMI.

Não era assim que se fazia. Não era com uns tostões poupados a cada pessoa que se conseguia ter meios financeiros para acudir àqueles que, de facto, necessitavam. No quadro da pandemia, isso tinha sido muito bem demonstrado. Se os municípios não tivessem tido meios financeiros para acudir aos necessitados, em termos, até, de combate no âmbito da Saúde, num âmbito social de carências de rendimento, que, de repente, tinham aparecido a muita gente, se não tivessem sido os municípios não teriam sido os apoios do Governo que tinham resolvido isso, porque tinham chegado sempre tarde e a más horas.

Se não tivessem sido as câmaras a intervir, para ajudar, o que não teria sido a desgraça social no país. Tinha havido contenção porque tinha havido uma assunção além das suas competências, das suas responsabilidades, da generalidade dos municípios. Toda a gente o reconhecia. Não era pela redução.

Se, ao mesmo tempo, fizessem a redução de meios financeiros ao Município, como é que se podia fazer esse papel de complemento? Não era de complemento, era à dobra, era de fazer aquilo que competia ao Estado, que era o que as câmaras tinham estado a fazer. Queriam tirar-lhes os meios para fazer isso, os senhores do PSD e do PS? Queriam tirar-lhes os meios financeiros para fazer isso? É que se lhes tirassem a eles, em Setúbal, também tiravam às câmaras socialistas, também tiravam às câmaras do PSD.

Pensassem duas vezes. Não era retirando os meios financeiros aos municípios que se conseguia ter maneira de acudir aos carenciados, de onde vinha a emergência. A situação que se vivia naquele momento era bem o exemplo disso.

O mais importante daquela proposta não era esse zero não-sei-quê que se abatia, eram as minorações e eram as majorações. Aquela proposta tinha um conteúdo que era muito mais importante pela política fiscal que estava contida, em relação ao património, que tinha resultado, tinha efeitos concretos em Setúbal, muita recuperação do património. Havia muito património degradado em Setúbal e tinha tido uma evolução, a cidade tinha mudado, também, pelo exemplo que a Câmara tinha dado, ao recuperar o património do município, não fazer prédios novos, recuperar o que existia, melhorá-lo, torná-lo apetecível, torná-lo agradável.

Tinham feito isso, mas os privados também tinham feito. E tinham-no feito ao abrigo do quê? Debaixo daquele “chapéu”, também, das majorações e minorações.

Essa era a parte mais substancial daquela proposta. Sobre isso, os senhores da oposição estavam a dizer coisa nenhuma, que dissessem se isso era válido ou não era. Quanto ao resto, que não tirassem os meios aos municípios para fazerem a compensação e o apoio social que o Estado não fazia. Fizessem o favor de não os retirarem. Se os retirassem, estariam a fazer demagogia. Que desculpassem a conversa do costume, mas tinham que ir para aí. Esse tipo de posições era demagógico.

Se quisessem, de facto, que os munícipes pagassem menos, apoiassem a proposta do PCP para reduzir para 0,40. Que a apoiassem. Por que é que a recusavam? Que não a recusassem e todos seriam tratados por igual, sem discriminações, todos os contribuintes tinham o mesmo benefício.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que aquela era a discussão habitual, em que os partidos que estavam na oposição, o PS e o PSD, usavam da demagogia para dar a entender que a responsabilidade dos parcos rendimentos da população, em geral - e da de Setúbal, em concreto também, naturalmente, embora fosse superior à média nacional, felizmente -, eram da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal.

A proposta, em concreto, que o PS e o PSD pretendiam apresentar, significava, para um imóvel valorizado em 100 mil euros, uma poupança de 30 euros anuais, ou seja, estavam a dizer que a medida de apoio ao rendimento disponível das famílias, que o PS e o PSD consideravam, era atribuir às famílias 30 euros anuais. Não estavam a falar de 30 euros mensais, estavam a falar de 30 euros anuais.

Os 30 euros mensais poderiam ser possíveis, se acompanhassem um conjunto de propostas que tinham sido apresentadas, que o Vereador Pisco já tinha referido, de redução ou de redefinição do que eram os escalões do IRS, tributando mais quem mais ganhava e tributando menos quem menos ganhava. Isso sim, eram políticas fiscais de justiça social e de promoção do rendimento disponível das famílias.

O que estava ali em causa nem sequer ia atingir o fundamental, a maioria das famílias com rendimentos baixos no concelho de Setúbal, porque, infelizmente, a maioria das famílias com rendimentos baixos no concelho de Setúbal, tal como na generalidade do território nacional, por um lado, não eram proprietários, e, por outro lado, em muitos dos casos em que eram proprietários, estavam sujeitos à isenção do pagamento do IMI, como bem sabiam. Infelizmente, não tinham rendimentos nem tinham património suficiente para pagar o IMI. Mas, não vinham ali dar a entender que sim, que havia essa poupança.

Uma poupança já significativa um milhão de euros, isso sim, pouparam 300 euros por ano. Também, para quem tinha um milhão de euros, 300 euros não era nada. Era isso que estavam a fazer, essa política de demagogia e de populismo, que o PS e o PSD perseguiram em Setúbal. Como não tinham propostas concretas, propostas que fossem acompanhadas pela população do concelho, o que entendiam era lançar uma atoarda política, cheia de informações manipuladas, a dar a entender que o problema do rendimento da população de Setúbal era o IMI, dizendo que era o mais alto do país, que não era, e dizendo que a carga fiscal da população setubalense existia por causa do IMI. Sabiam quem eram os grandes beneficiários de uma isenção dessas do IMI? Seriam as grandes indústrias, seriam as grandes propriedades urbanas.

Mas, por exemplo, nem o PS nem o PSD ainda tinham admitido a possibilidade de se rever o Estatuto da Propriedade Rústica e a reavaliação das propriedades rústicas, essas sim, que pagavam uma taxa que parecia que era enorme, que era 0,8 por cento, mas o valor das propriedades, praticamente, era inexistente, algumas de centenas e milhares de hectares. Essa é que era a política de justiça social que ali traziam e com essa atoarda.

Como muito bem tinha dito o Vereador Pisco e não valia a pena estar a repetir, se queriam fazer política fiscal, não fizessem injustiça social na política fiscal, não a fizessem na propriedade. A CDU, ali, e bem, tinha apresentado uma proposta de política fiscal sobre propriedade, não sobre o rendimento das populações, mas sobre política urbanística, sobre

4

requalificação e recuperação dos centros históricos, onde a propriedade estava mais degradada, onde necessitava, de facto, de haver alguns incentivos e alguns apoios. Não era para os grandes proprietários, mas, sim, para a pequena propriedade que existia nessas zonas históricas, tanto da cidade de Setúbal como da Vila de Azeitão. Isso sim, seria importante e era importante. Era essa proposta que deveriam estar a valorizar e não entrarem na conversa do costume.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, muito rapidamente - até porque o Vereador Manuel Pisco e, depois, o Vereador Ricardo Oliveira tinham dito o essencial -, as intervenções do Partido Socialista e do Partido Social Democrata tinham uma pena capital, é que, em nenhum momento das intervenções, quer do PS quer do PSD, havia o sentido elevado de responsabilidade do contexto que vivíamos, nomeadamente aquilo que era o papel e o desempenho das câmaras municipais, como se a Câmara Municipal de Setúbal não tivesse responsabilidade e sentido de responsabilidade numa proposta que trazia ali.

Achava curioso o senhor Vereador Joel Marques fazer uma intervenção dizendo: *“Como é que é possível a Câmara Municipal, num contexto em que as famílias do concelho de Setúbal estão a viver elevadas dificuldades, trazer esta proposta?”*, mas não via, na mesma medida, o senhor vereador estar preocupado com o esforço que a Câmara Municipal de Setúbal tinha traduzido na área da saúde, na área do património, na área da proteção civil, na área da educação, na área ambiental, na área do desporto, na área da cultura e por aí fora, em que o Governo Central, incapaz de acompanhar a substituição consecutiva em todas essas áreas, a todos aqueles que estavam dependentes da intervenção da Câmara Municipal sobre essas matérias, era incapaz de dizer: *“Não, nós compreendemos perfeitamente que a Câmara Municipal, neste momento, não tem, até percebendo as circunstâncias económicas que o país atravessa, somos todos parte do mesmo problema.”*

A Câmara Municipal não vivia à margem do momento pandémico que estávamos a viver, era parte do momento pandémico que estávamos a viver. A Câmara Municipal não tinha deixado de estar atenta a tudo aquilo que acontecia. E, os senhores vereadores, tinham sentido de responsabilidade? Então, os senhores vereadores achavam que, no momento que estávamos a viver, aquela Câmara Municipal, que tinha isentado, num conjunto de matérias, todos os nossos concidadãos, um conjunto de empresas, um conjunto de pequenos e médios comerciantes, um conjunto de instituições, tinha, naquele momento, capacidade de poder chegar e dizer: *“Não, nem é 0,40, é 0,35?”*, porque estávamos num momento em que era importante dizê-lo à população. Essa era a primeira questão.

A segunda questão era o engodo. Acreditava que o poder simbólico, como o Pierre Bordieu muitas vezes trazia, era exemplificativo do cartaz que o PSD, certamente por intencionalidade de propaganda política, mantinha, na rotunda que dava acesso ao início da Nacional 10 para quem saía de Setúbal para Azeitão, que ali continuava. Mal se via, porque, de facto, mal se via na população aquilo que representava, naquele momento, a matéria do IMI. Mal se via, mantinham, apenas, por uma persistência e, apenas, pelo engodo, que continuava a querer construir na população.

Como muito bem tinha dito o Vereador Manuel Pisco e como tinha demonstrado o Vereador Ricardo Oliveira, os senhores vereadores nem sequer faziam contas. Podiam fazer contas e podiam demonstrar o impacto real na vida das famílias e contribuir, sobretudo, para serem sérios na discussão política. Portanto, continuarem a dizer aos setubalenses e aos azeitonenses que o problema real das dificuldades financeiras que atravessavam, quer naquele momento, naquele contexto em que vivíamos, quer num passado recente, era pela forma como o Imposto Municipal sobre os Imóveis era definido pela Câmara Municipal, era mentir, era enganar a população, era não estarem a ser sérios, era quererem equivocar-se naquilo que era, de facto, uma política fiscal que fosse equitativa e que permitisse a todos, de facto, serem justos. Portanto, não era possível.

Tinha alguma expectativa, como já ali tinha sido dito, que os senhores vereadores fossem capazes de elogiar e aproveitar, até, a presença dos responsáveis por aquela proposta, fossem capazes de elogiar o quanto aquela proposta tinha sido capaz de ir mais longe,



naquele momento, tinha sido capaz de ser mais exigente e mais capaz de ter um olhar preocupado pelo nosso território, como já ali tinha sido traçado. Nem isso os senhores vereadores eram capazes de reconhecer. Aquela proposta tinha ido mais longe e tinha sido capaz de reconhecer aquilo que eram as diferenciações, no que dizia respeito ao património, e de, efetivamente, criar justiça nesse sentido.

Nessa matéria, continuávamos a viver um discurso que estava ferido de pena capital, por ser enviesado no essencial e no conteúdo da discussão e de querermos continuar a enganar os setubalenses, naquilo que eram as reais dificuldades que eram retiradas daquela decisão, mas isso era, sistematicamente, demonstrado nos momentos certos, por perceberem que não valia a pena continuar a insistir nessa teoria, porque ela era compreendida pelos setubalenses. Portanto, queria dar os parabéns por aquela proposta, era uma proposta capaz, de facto, de responder às necessidades e era incompreensível que, uma vez mais, a falta de sentido de responsabilidade para bem dos setubalenses que, de facto, a responsabilidade da governação, por muitos e bons anos, se mantivesse por quem sabia e tinha sentido de responsabilidade de governar a cidade.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que tinha sido ali dito que aquela proposta era pouco *“musculada”*, mas era uma proposta de verdade, tendo em conta aquilo que era a situação do município. Tinham vindo a fazer esse esforço, para poderem reduzir de acordo com aquilo que era a situação do município. Pior era aquilo que outros faziam noutras situações, que usavam a política da batota, porque eles usavam ali a política da verdade.

O que era a política da batota? Era, por exemplo, dizer que iam baixar o IRS, mas, depois, quando os portugueses tinham feito o IRS, afinal, já não iam receber tanto, porque já, ao longo dos meses, tinham ido recebendo só mais um bocadinho. Quando se fosse fazer as contas, se calhar, ficávamos todos a perder. Quando forem fazer as contas finais daquilo que eram os rendimentos mensais, se calhar, ficávamos todos a perder. Isso é que era a política da batota, do seu ponto de vista.

Aquilo era a política daquilo que era possível fazer, independentemente de todas as questões que tinham sido ali levantadas e com as quais estava de acordo, porque estavam ali a falar de questões que tinham a ver com propriedade e não com questões que tinham a ver com os rendimentos, mas ficava ali aquela nota de política da batota.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que se ia centrar na intervenção do Vereador Manuel Pisco, porque ele tinha feito uma pergunta e tinha dado a resposta: *“Porque é que o PS e o PSD não acompanharam, não votaram favoravelmente a proposta do PCP?”* Exatamente por aquilo que tinha sido dito por quase todos os vereadores ali, porque esse tipo de decisão, que baixava a receita dos municípios, tinha que estar nas decisões dos próprios municípios.

O PCP tinha querido, de forma, enfim, centralista, dizer que *“os municípios, a partir de hoje ou a partir do ano seguinte, vão passar a poder aplicar, apenas, a taxa máxima de 0,40”*, e, com isso, reduziam, de forma expressiva e a fazer batota, utilizando a expressão. Tinha percebido, da primeira vez, *“batata”*, por causa da máscara, mas era *“batota”*, e não tinha percebido qual seria o conceito da *“batata”*, mas também percebia que era uma *“batata quente.”* Porquê? Porque os senhores do PCP, no Parlamento, tinham defendido uma coisa, tinham defendido os 0,40. Ser igual para todos, ou não, isso não tinha qualquer validade, porque, como argumento político, cada município era um município e quem estava lá e ganhava as eleições tinha as suas opções políticas, como tinham feito durante, para aí, 15 anos.

Desde que tinha havido o contrato de reequilíbrio financeiro, tinham feito a opção política de entender que estavam obrigados a não poder baixar o IMI. Tinha sido só por isso, durante anos. Pelo menos, tinha assistido a muitas discussões ali e já levava quase 8 anos daquilo e os senhores da CDU mais. Portanto, o argumento era que não podiam, mesmo que quisessem, não podiam. A partir de certa altura, quando foi clarificado que podiam, tinham começado a dizer que era uma opção política.

Naquele momento, apesar ser a um ano de eleições – naquele momento, não, já desde o ano anterior -, tinha passado a ser uma opção política em que já podiam baixar qualquer coisinha.

L

Aí, achava que tinham perdido a coerência. Se, durante muito tempo, se tinham mantido coerentes, numa posição - criticava essa posição, mas assumia e respeitava a coerência -, naquele momento, pensava que tinham perdido toda a coerência do discurso que tinha ficado para trás, porque, se não era por 30 euros por ano que se ia resolver qualquer problema, então, porque é que estavam a baixar este ano, se estavam a centrar todo o problema na questão da pandemia. Portanto, se iam baixar no corrente ano por causa da pandemia, como estava na proposta - aliás, como estava na proposta do ano anterior -, então, para o ano seguinte, se não houvesse a questão da pandemia já de forma eficaz, iriam voltar a subir para 0,44 ou 0,45 ou iriam continuar a baixar? Achava que, se havia alguma demagogia, era da CDU, porque tinha alterado o discurso perto de um ano de eleições, claramente.

Para terminar, dizer que o PS tinha feito uma proposta para baixar o IMI e que isso beneficiava as grandes empresas, em Palmela, que também tinha as grandes empresas, era 0,35 - eles lá saberiam, com certeza tinha sido uma opção, também, política - e a Câmara do Seixal, a Câmara de Sesimbra, enfim várias câmaras. Aliás, Setúbal era, claramente, a câmara que tinha a taxa mais elevada. Portanto, o Partido Socialista reiterava a proposta.

Também tinha feito as contas. Ainda não tinham as contas de 2020, era evidente - os senhores da CDU teriam -, mas pensava que já estavam fechadas, mas as contas de 2019 diziam que a baixa do IMI tinha sido compensada pela subida do IMT e de outros impostos. Obviamente, quando faziam uma proposta, também tinham consciência, até porque queriam ser poder em Setúbal e, portanto, nessa perspetiva, não queriam propor nada que, depois, não pudessem cumprir.

Sra. Presidente – Disse que não acreditava no que tinha acabado de ouvir, tudo o resto, as outras partes. Isso era legítimo, claro, querer ser poder era legítimo.

Esse populismo e essa demagogia já não colavam. Como não colavam, tinham ali sete vereadores sentados. Não tinham colado. As pessoas não acreditavam nisso e, portanto, bem podiam continuar a ter lá o cartaz a debotar-se. Bem podiam continuar a dizer isso, porque, de facto, o trabalho que estava na rua, a qualidade de vida que as pessoas tinham, era prova de que tinha valido a pena. Valia a pena manter aquela taxa, valia a pena ter contas responsáveis e era o que eles faziam.

A oposição propunha todos os anos e o resultado estava ali, eram sete, o resultado do "outdoor" que estava ali. Qualquer dia nem um tinham. Já tinham vindo de três para um, qualquer dia nem um tinham. Portanto, não colava. Já não colava nas pessoas.

Na verdade, deveriam estar a saudar as minorações e as majorações que estavam ali, para as ARU, não era só para os centros históricos. As ARU tinham uma área geográfica bem maior que os centros históricos e, por exemplo, a de Setúbal tocava milhares e milhares de pessoas. Tinham ali um aglomerado populacional já muito importante. Não colava, porque a maior parte da população, infelizmente, não era proprietária de coisa nenhuma, portanto, não lhes dizia respeito. Diretamente, a eles não lhes dizia respeito. Esses, dessas ARU, podiam dizer e tanta gente, felizmente, tinha vindo a melhorar as suas casas e tanta gente tinha vindo pedir: "Então, tirem-me lá 25 por cento, 30 por cento, 40 por cento, 15 por cento." Dependia dos casos que tinha referenciado. As pessoas vinham pedir e eles faziam o encaminhamento para a Autoridade Tributária e havia a devolução, às pessoas, desse dinheiro. Isso é que era a seriedade. Viam onde é que estavam a ganhar, como é que estava a entrar a receita, para fazerem esse balanço e dizerem: "Podemos diminuir um ponto percentual."

Tinham diminuído no ano anterior. Por isso é que tinha dito que não acreditava no que tinha ouvido. Já tinham diminuído no ano anterior. Tinham diminuído um ponto percentual e não estavam em época de eleições. Tinham começado a perceber que havia margem para diminuir um ponto. Esse ponto tinha tirado da nossa capacidade de encaixe mais de 600 mil euros, o que devia ser, mais ou menos, o mesmo do ano corrente. Já não eram esses 600 mil, era mais outro tanto. Já era dinheiro.

Naquele momento, estavam preocupados em dizer: "Tendo em linha de conta esta situação pandémica...", mas as pessoas que tinham fracos recursos e que eram proprietárias, provando os fracos recursos, não pagavam IMI. Demagogia! Então, não pagavam IMI! Havia

uns que já não pagavam e outros, se provassem que tinham ficado desempregados, que a situação se tinha alterado não pagavam. Demagogia. Depois, se estavam muito preocupados, não baixavam, faziam a batota, como tinha dito a Vereadora Carla. Não baixavam o IRS porquê? Quando se faziam as contas, começava-se a cobrar, e: *“Afinal, é melhor nem trabalhar mais.”* Isso acontecia com muitos trabalhadores na câmara, quando lhes pediam horas extraordinárias, porque, por exemplo, era preciso dar resposta a motoristas. Não tinham motoristas, não tinham outras profissões, mas, essencialmente, motoristas e era preciso recolher o lixo, era preciso fazer obras de pavimentação, porque eram viaturas pesadas. Já tinham aberto 2 concursos para 15 motoristas, tinham aparecido 4, e, passados dois meses, estavam 2, porque os outros 2, mesmo assim, tinham saído. Vinham para aqui ganhar uma miséria. Era uma miséria, salário mínimo para andar com uma viatura pesada nas mãos. Não havia motoristas. Se precisavam de motoristas e precisavam que os que cá estavam fizessem horas extraordinárias, eles faziam as contas e diziam: *“Pois, a batota do Governo e tal. Eu não faço, porque vou pagar mais IRS. Para que é que estou a fazer horas extraordinárias?”* Se estavam preocupados com as pessoas, fizessem política de verdade. Se estavam preocupados com os comerciantes e com essa coisa toda, o IVA. Porque é que não se baixava o IVA? Havia alguma área da restauração em que o IVA se mantinha nos 23 por cento, alguma área. Havia produtos que eram a 6 por cento e outros a 23. A eletricidade tinha baixado para 2 escalões, uma coisa mínima. Essa sim, uma coisa mínima. A EDP continuava a ter lucros fabulosíssimos, mas, para aqui, tinham vindo 2 escalões. Para a vida dos portugueses, 2 escalões, 6 por cento e 13 por cento, que ainda não se sentiam. Não tinha sido para a generalidade das populações. E ia por aí fora.

Não tinham em linha de conta aquilo que tinham isentado mais. Entre as duas fases de confinamento, tinham andado em cerca de 2 milhões de euros que tinham perdido, entre todos os equipamentos que tinham tido que fechar - a não entrada de receita - e tudo aquilo que tinham isentado, de estacionamento, de ocupação de via pública com as esplanadas, de mercados, etc. Não faziam contas ao que tinham dado às instituições de utilidade social, que não eram da nossa responsabilidade, mas, se não tivessem sido os municípios, não tinha chegado cá. Não teria chegado às instituições de solidariedade social, se não tivessem sido os municípios. Não chegaria à cultura se não tivessem sido os municípios, não teria chegado ao desporto se não tivessem sido os municípios, não teria chegado ao movimento associativo se não tivessem sido os municípios. Não tinham cortado um subsídio a ninguém, mesmo tendo estado com as portas fechadas. Não estavam a trabalhar nem nada disso, mas precisavam de pagar água, luz, etc, e de terem alguma manutenção das suas coletividades. Não tinham cortado a ninguém, tinham pago a toda a gente, como todos sabiam. Tinham feito iniciativas com montes de atividades culturais, para ajudar à sustentabilidade de alguns artistas, de algumas pessoas que trabalhavam na área da Cultura. Não tinha chegado cá nada, por parte do Governo. E iam por aí fora.

Então, que fizessem lá as contas, mas fizessem as contas àquele município, que estava, praticamente, a acabar o seu contrato equilíbrio financeiro, que pagava todos os meses o seu contrato de reequilíbrio financeiro, que pagava as suas contas, com as quais se tinha vindo a endividar, para fazer, para dar qualidade de vida às pessoas que aqui moravam. Então, que fizessem contas. Não diziam: *“Vamos cortar nisto e vamos... Se cortarmos nisto, se calhar, chega para a diminuição do IMI.”* Não, não se faziam contas. *“Copy/paste”* é que era bom e, portanto, era só dizer: *“Não, porque não, porque vocês têm capacidade de chegar aos 0,40.”* Se não faziam contas, como é que sabiam se tinham capacidade para chegar aos 0,40? Não havia uma informação séria, aprofundada, um estudo aprofundado daquilo que o município podia perder, no caso de aceitar esses 0,40.

Estava confiante que tão depressa o PS não seria poder no município, porque, mesmo com o IMI, que era a Contribuição Autárquica, que eles tinham tido no máximo sempre - não tinha havido, nunca, nenhuma redução, enquanto existiu essa Contribuição Autárquica -, nessa altura, mesmo não tendo havido redução, tinham sido poder por 18 anos e tinham destruído a cidade, tinham desorganizado a cidade. Esperava que muito longe ou que nunca acontecesse aquilo que seria o pior para a cidade de Setúbal, que era voltar a pôr o PS no município, o

que era legítimo que pretendessem, como era óbvio. Que ali nunca pusessem os pés, porque, mesmo com a demagogia dos 0,40 ou outro abaixamento qualquer, seria o pior que podia acontecer a Setúbal. Portanto, já não colhia nas pessoas.

Estava ali o IMI que fosse podendo ser aplicado, desde que isso resultasse no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas. Era preciso era que o trabalho aparecesse e que as pessoas sentissem que tinham orgulho de estar nesta terra, não se envergonhassem desta terra e que vivessem bem nesta terra. Que as escolas fossem bons equipamentos para as crianças ali se formarem, ali estudarem, que os equipamentos para os nossos idosos fossem bons, que as estradas fossem boas, que os jardins fossem ótimos, etc, por aí fora, a cultura, o desporto. Tudo aquilo que faziam que fosse ótimo e isso tinha custos, como era bom de ver. Que os nossos trabalhadores, que, quando ali tinham chegado, tínhamos mais de 200 em precários, que tinham sido colocados no último ano do Partido Socialista. Tinham sido todos colocados no quadro de pessoal quando eles cá entraram, não tinham posto as pessoas na rua, como outros municípios tinham feito, assim que chegaram à posse desses municípios. Não tinham posto ninguém na rua, tinham legalizado a vida dessas pessoas, tinham legalizado essas pessoas.

Naquele momento, não tinham, dentro de uma bitola, no máximo, de um ano, gente por efetuar mobilidades intercarreiras nem reclassificações. Tinham aberto mais de 60 concursos para legalização de trabalhadores precários. Portanto, isso é que era um grande motivo de orgulho. Naquele momento, quase 40 por cento do orçamento era para os salários dos trabalhadores, para que tivessem, cada vez mais, melhores salários, mesmo dentro da miséria que ganhavam naquela carreira contributiva.

Portanto, esse é que era o grande orgulho deles, era a não demagogia, era o fazer política no dia-a-dia e naquilo que era, de facto, melhor para as pessoas.

A Sra. Presidente pôs a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: *“No seguimento, também, daquilo que foi a nossa intervenção, o Partido Socialista tem vindo a defender, ao longo dos anos, uma redução gradual da taxa de IMI em Setúbal. Defendemos essa redução da carga fiscal que o município exerce sobre os setubalenses e os azeitonenses, e entendemos, também, que esse desagravamento deverá ser de tal ordem que permita, no prazo de um mandato, atingir a taxa mínima. Por isso, propusemos aqui uma alteração à proposta apresentada pelo executivo, no sentido de reduzir a taxa de IMI para 0,40, proposta essa que foi recusada pela CDU.*

As circunstâncias atuais exigem dos decisores políticos uma maior intervenção no apoio às famílias, nomeadamente, através da moderação fiscal dos municípios e os impactos negativos desta pandemia também se combatem através da redução da carga fiscal, permitindo que as famílias aumentem o seu rendimento disponível e consumam no comércio local. Uma redução mais substancial da taxa de IMI afigura-se, pois, como um apoio feito a toda a economia local.

Com o ligeiro ajuste que hoje nos foi proposto, Setúbal manter-se-á com o município do distrito de Setúbal com a taxa de IMI mais elevada. A proposta do executivo revela-se insuficiente e, como tal, não mereceu o voto favorável dos vereadores do Partido Socialista.”

5. Deliberação n.º 94/21 – Proposta n.º 17/2021 – DAF/DICONT/SERGE – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o CMS - Clube de Motorismo de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 15 e 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 95/21 – Proposta n.º 18/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Clube BTT de Azeitão

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 96/21 – Proposta n.º 10/2021 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas inerentes a pedido de licença administrativa para reconstrução e alteração de edifício destinado a escola e habitação, inserido em zona ARU

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 97/21 – Proposta n.º 11/2021 – DURB/DIPU/GAP – Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 e 21.

Sra. Presidente – Disse que para eles aquele era um dia muito importante, finalmente aquela proposta estava ali. Uma proposta que a CDU tinha começado a 5 de maio de 2004, tinha sido um processo extremamente complexo e sujeito a vários condicionalismos e naquele dia estava ali. Ia com o peito muito orgulhoso, de mais uma missão cumprida, o acabamento do PDM, era um documento extremamente importante para o funcionamento e para a boa gestão do ornamento do território.

Aproveitou nas pessoas da sua diretora a arquiteta Rita Carvalho, o Dr. Vasco Raminhas e o Engenheiro José Miguel Madeira, nos três saudar todos os técnicos que tinham estado envolvidos e que tinham sido muitos naquele plano, na Revisão do Plano Diretor Municipal, pela obra notável que tinham feito com aquele documento e pela forma como tinham envolvido todas as entidades, todas as instituições que tinham participado naquela revisão, estavam de parabéns, tomara muitos, mesmo empresas de fora fazerem o trabalho que eles tinham feito.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Quis cumprimentar os técnicos presentes, a arquiteta Rita Carvalho, o Dr. Vasco Raminhas e o engenheiro José Miguel Madeira, tinha sido um trabalho herculiante para a oposição fazer uma análise daqueles documentos também não era fácil, tinha passado a sexta-feira santa, o sábado e o domingo de páscoa a ler aqueles documentos, mas era sem qualquer dúvida, para ele arquiteto, uma satisfação puder

participar da discussão e de uma votação de um documento, como o Plano Diretor Municipal. Tinha estado a ler atas de 93 e 94 e mal ou bem também alguém iria ler as presentes atas e ver quem tinha estado presente naquela discussão. Era efetivamente um documento estratégico, o último tinha sido aprovado em 94, tinha uma vigência de 10 anos e tinha revogado o plano geral de urbanização da cidade de Setúbal que era de 1947, tinha estado 47 anos em vigor, aquele tinha estado 17 anos a mais, tinha estado 27 anos em vigor.

O PDM devia e, aqueles PDM de última geração deviam formular uma visão estratégica para um horizonte de 10 anos e elencar todos os projetos que entendia que eram fundamentais e elencar também e, justificar quais eram as prioridades daqueles projetos. Naquela visão que tinha sido assumida naquele documento, tinha sido utilizado como suporte, pelo menos no relatório dizia que tinha sido suportado no PES 2026 - Plano Estratégico de Setúbal, feito pelo Professor Augusto Mateus, que tinha quatro grandes desafios, a regeneração e revitalização urbana, a coesão e inovação social, a proteção da estrutura ecológica e sustentabilidade do uso dos recursos naturais e a estratégia de especialização inteligente, depois através dali foram desenvolvendo vários sub-eixos e o resultado final era uma listagem exaustiva de todos os investimentos possíveis e alguns quase impossíveis e, portanto o documento acabava por englobar tudo o que era possível, no concelho e, prometer tudo aquilo que eles entendiam que não era possível, face àquilo que eram os meios necessários para cumprir aquilo que tinha sido ali elencado no relatório dos investimentos, os meios eram limitados e finitos e era nessa afetação de recursos que eram limitados e finitos que tomavam as suas opções e prioridades. Numa visão macro importava ver e, tinha partido do geral para o particular, se dos quinhentos e sessenta e oito milhões de euros, que estavam previstos de investimentos para os próximos 10 anos, em que cabia de investimento municipal quatrocentos e quarenta milhões de euros, 77% daquele investimento, que era um valor muito elevado, se existia capacidade ou não para o fazer. Analisando as contas, a média dos últimos anos de investimento tinha andado à volta dos doze, treze milhões de euros, partindo do pressuposto, para terem esse nível de investimento, que andaria à volta dos quarenta milhões de euros, notava-se que muito do que estava ali vertido não tinha viabilidade de uma forma realista de nos próximos dez anos ser exequível. Achavam que existia ali um “por tudo”, mas isso retirava algum realismo ao documento, na parte dos investimentos e, naquilo que estava previsto.

Nas áreas que consideravam importantes, como a habitação, acessibilidade e mobilidade, ambiente e os estímulos à atividade económica, naqueles quatro grandes eixos, disse que a capacitação e inovação social que tinham um peso muito elevado no Plano Estratégico de Setúbal 2026, pelo menos nos documentos do PDM, não tinham visto vertido diretamente essas preocupações. Obviamente que existiam investimentos, que indiretamente iam ter impacto social, mas diretamente não assumiam essa importância que o PES 2026 tinha na área social. Em relação à componente económica, à diversificação da base económica, criação de espaços de acolhimento empresarial, etc., aquela proposta também era um pouco mais pobre do que aquilo que era o Plano Estratégico 2026. Falava na criação de um Polo Tecnológico, mas programava um investimento como prioridade baixa, só para ser realizado para os anos nove e dez daquele plano, o que queria dizer que era daqueles que iria ficar lá para trás. Referia um parque logístico municipal incubador de empresas e centro desportivo, mas previa apenas para uma prioridade média. Em relação à habitação entenderam que o documento estava de alguma forma desatualizado, face àquilo que tinham sido as últimas medidas do PRR e daquilo que eram os protocolos que estavam executados com o governo, porque atirava muitos daqueles projetos para uma prioridade média, quando a câmara, em princípio, deveria aproveitar os programas governamentais para dar uma prioridade alta a esses projetos, no âmbito da habitação. Nível de referência a bolsas de terreno para construção, para renda acessível ou renda social, não tinham conseguido encontrar grandes referências, apenas tinham conseguido encontrar uma referência à atribuição de 25% de novos fogos para arrendamento acessível na subunidade de operação do Planeamento e Gestão 20.17, no Bairro Dias, Moinho do Frade e Monarquina, de uma forma um pouco vaga e pouco desenvolvida, referia que poderia ser uma atribuição de 25% de novos fogos, mas

ficava-se por aí. Em relação às acessibilidades e mobilidade, destacava-se a conclusão da circular externa de Setúbal, a circular interna de Setúbal, mas ambas a partir do oitavo ano do plano, ou seja, estavam a falar de prioridades baixas. De igual modo o prolongamento da estrada nacional de Sesimbra a Azeitão, a 379, estava previsto um montante de 3,5 milhões de euros, também estava previsto para os últimos dois anos, novamente uma prioridade baixa. E, no entanto, estava prevista a realocização do viaduto das Fontainhas, como prioridade alta, no montante de 4 milhões. Se acrescentassem ali, aquilo que eram os investimentos da realocização do viaduto da requalificação da Estrada da Graça e, dos novos acessos ao viaduto, chegariam a um valor total de 6 milhões de euros. Entendiam que não deveria ter prioridade alta, como tinham atribuído, mas aquele dinheiro, aquelas verbas, deveriam ser deslocadas, para outros investimentos na área, por exemplo, do apoio à economia e à criação de emprego que serviria melhor o concelho.

A nível de estacionamento, tinha uma verba de cerca de meio milhão de euros, para a criação de parques de estacionamento reatamento, meio milhão de euros para dez anos, entendiam que não era um valor muito elevado.

Portanto, como se poderia ver, por aquelas opções, não havia uma verdadeira política de acessibilidade e mobilidade de criar novas infraestruturas e acessos à cidade, porque tirava todos aqueles investimentos para baixa prioridade. A prioridade tinha sido fazer algo menos estruturante do que a construção daquelas grandes infraestruturas, que obviamente absorviam também bastante dinheiro.

Em relação a investimentos e equipamentos desportivos, também não tinham visto muita coisa desenvolvida no relatório, havia uma subunidade operacional que era a cidade desportiva, mas pouco mais era dito, não tinham detetado no documento uma prioridade, ou a intensão de se avançar com alguns investimentos naquela área, pelo menos na prioridade média.

Relativamente aos equipamentos e operações de requalificação turística, tinham vários investimentos, mas apenas o Terminal 7 e a requalificação do parque de merendas do Parque Natural da Arrábida, estavam previstos para os três primeiros anos do plano. Entendiam que o Terminal 7, sendo descrito como funções de apoio e iniciativas náuticas, deixavam-lhes muitas dúvidas, entendiam que aquele projeto estaria de alguma forma, com aquele programa, desatualizado e, face ao investimento que a câmara tinha vindo a fazer no centro náutico municipal, que se encontrava ali naquele sítio, pensava que não era aquele edifício que iria desenvolver a vertente náutica, o verdadeiro edifício seria naturalmente a marina.

Quanto ao regulamento e classificação dos solos, por aquilo que tinha percebido, era engraçado, mas não deixava de ser uma visão muito realista, a esmagadora maioria das fichas de participação da discussão pública resumia-se àquilo que as pessoas queriam do PDM, que eram as manchinhas para ter edificabilidade ou não. O PDM era mesmo isso era aquela multidisciplinaridade que existia no concelho para terem um documento ambicioso e que servisse durante anos a população, os investidores etc. Em relação ao regulamento e classificação dos solos, aquele era um PDM que aumentava os índices de área de construção em algumas zonas, mas tornava-se muito mais restrito, especialmente nas áreas de transição, nomeadamente os para-urbanos. O novo plano terminava com os para-urbanos, sabia que era por imposição legal, tinha que haver uma decisão da câmara, ou que é que era urbano e o que é que era rustico e aquilo era uma coisa meio híbrida, mas o facto é que ia ter um efeito negativo, de alguma forma, em quem tinha pequenas áreas, e com a classificação de área rustica, pouco ou nada poderá fazer. Havendo a expectativa de quem tinha comprado, há uns anos atrás, alguns terrenos que poderia fazer alguma área de construção, dentro daquilo que era o atual PDM, com aquela alteração, temiam que algumas das pessoas comesçassem a fazer construções clandestinas e sem licenciamento, poderia haver ali um risco de mais incumprimentos e a proliferação de construções clandestinas.

Em relação às novas definições que o PDM tinha, achavam que havia ali algo mais injusto, nomeadamente ao nível da definição daquilo que era a área de construção. O atual PDM, tinha uma definição própria que era a superfície total de pavimentos, que não contava nem com terraços, nem com varandas, nem com telheiros, etc., e agora tinham a área bruta de

construção que contava tudo. Durante o período de discussão pública tinha visto que algumas pessoas, em especial da área, arquitetos que tinham levantado essa questão, porque quem trabalhava com aquilo diretamente sentia o que era a dificuldade de não ter margem de manobra para poder fazer varandas, para poder fazer telheiros, etc., era inibidor da parte criativa, mas tinha uma outra consequência, de repente todas aquelas áreas passavam a pagar taxas e TRIU, porque a TRIU ia ser aplicada à área bruta de construção e, portanto todas essas áreas, varandas, etc., iam passar a pagar TRIU e, isso ia significar um aumento do custo das casas e entendiam que aquela definição era muito castradora e mesmo com a retificação que tinha sido feita, *a posteriori*, depois da discussão pública, em que metiam 20% para zonas de varandas, etc., achavam que ficava muito aquém. Não sabia quem tinha escrito a frase daquela majoração de 20%, mas era dúvida, dizia: “*pode haver uma majoração de 20% desde que as áreas se destinem exclusivamente a construção de varandas cobertas por pisos superiores. Uma cobertura é um piso superior ou não?*” Depois deixava de fora telheiros em moradias e, isso iria potenciar que as pessoas sem controlo prévio e licenciamento iriam fazer os telheiros *a posteriori*. Eles entendiam que era preferível haver controlo e uma maior abrangência para poder englobar soluções, porque na prática quem comprava uma moradia queria ter o telheiro, queria ter várias estruturas de apoio e de uma forma ou de outra acabava depois por as fazer. As varandas acabavam por afetar mais os prédios, era importante que aquela área, que aquela majoração pudesse ser alargada também às moradias.

O novo PDM, tinha-se tornado mais complexo de consultar, ninguém conseguia ter uma leitura direta de um documento que tinha quase 15 volumes, mas isso fazia parte da complexidade que os PDM's tinham passado a ter, mas aquela análise em cascata de passar para uma unidade e, depois para uma subunidade e, depois para um plano de pormenor, dificultava quem queria investir e, não sabia se iria criar ali um processo de atraso do investimento, porque tudo aquilo demorava muito tempo, aprovar um plano de pormenor, presentemente, eram alguns anos. Havia zonas que parecia que iam ter um processo burocrático penoso pela frente, era a ideia com que ficava daquele processo. Percebia a ideia, percebia a necessidade de se fazerem planos, era tudo planeado quase até à porta, mas, isso, também criava entropias na celeridade dos processos.

Ao nível do regulamento, havia alguns apontamentos, alguns artigos que gostaria de perceber se aquilo era alguma exigência, por exemplo, na área do Parque Natural da Arrábida, atividades interditas, dizia ali: “*proibição de instalação de equipamentos, como teleféricos, funiculares, elevadores panorâmicos ou realização de estruturas com carácter temporário ou permanente em terrenos com inclinação superior a 25%*”. Não percebia qual seria a razão daquilo, se aquilo vinha de outra legislação, porque por exemplo, ter uns passadiços como os passadiços do Paiva seria impossível ali, os passadiços que já ali existiam, aquele complemento de passeio em madeira, com aquilo era impossível, porque aquilo tinha uma inclinação de mais de 25%, tinha ido do macro para o preciosismo, mas não se percebia bem, o porque daquele preciosismo que poderia ser inibidor de se fazerem alguns investimentos interessantes e, que poderiam trazer turismo.

No PNA, havia uma situação que lhe parecia bastante complicada, que era a questão das áreas de proteção complementar, no artigo 52, áreas de proteção complementar tipo I: “Nestes espaços são autorizadas intervenções sujeitas a parecer prévio vinculativo da entidade competente, contudo encontra-se previsto na alínea d) do n.º 5, no seguimento do abandono da atividade económica, obriga a remoção de todas as construções autorizadas e a reposição da situação anterior. Ou seja, a câmara vai emitir uma licença de utilização e quando aquela atividade acabar, essa licença é eventualmente revogada. Que banco é que vai emprestar dinheiro, para um investidor que queira lá fazer um determinado bem, se sabe que depois a câmara pode, por qualquer motivo que leve ao encerramento da atividade, perder a licença de utilização e o respetivo valor, porque quando o banco empresta, por norma empresta sobre uma hipoteca do que vai ser lá construído.

Havia ali uma situação que eventualmente seria legal, não punha em causa o trabalho deles, mas levantou algumas dúvidas, uma licença de utilização daquele género não tinha que ser

4

definitiva, poderia ser precária e, no financiamento bancário seria um problema para quem quisesse investir naquelas áreas.

No artigo 148.º, era identificada uma estrutura aeroportuária, o heliporto da Algodeia, questionou se o heliporto seria para se manter, no PDM sim, mas o que lá estava era uma bolsa de estacionamento, questionou se conseguia funcionar ali com aqueles carros.

No artigo 154.º: *“o sistema de incentivos a operações urbanísticas prevê uma majoração até 25% sobre os parâmetros urbanísticos”*, mas no PDM não estava definido quais os critérios, questionou se seria alvo de um regulamento próprio ou não, porque como estava não havia critério definido. O mesmo nos edifícios, na classificação de relevante interesse municipal, a definição era muito abrangente e pouco objetiva, pensava que iria existir alguma dificuldade em se fazer a análise das propostas futuras.

Na parte da reabilitação urbana, também havia uma majoração até 25% sobre os parâmetros urbanísticos, mas também nada estava definido, portanto tinha que haver, obrigatoriamente um regulamento que definisse claramente aquilo.

Para a *“manchinha”*, que era o que quase toda a gente...onde se poderia construir..., entendiam que o novo PDM previa, em vários passos um acréscimo significativo da capacidade de construção e alguns eram importantes e compreensíveis, porque eram um contributo para a dinamização do acesso à habitação e até da promoção da instalação de atividades económicas, tinha que ser uma alavancagem para certas zonas serem recuperadas. No entanto, também era verdade que aquela expectativa e, um PDM que se arrastada há 17 anos, era demasiado tempo, mesmo com vários problemas pelo meio de legislação que mudava, etc., 17 anos era mesmo muito tempo, iam-se criando expectativas e iam-se fazendo negócios com base em especulação imobiliária, pura e dura e isso tinha acontecido, também ali, era inevitável, acontecia em todo o lado, em todos os concelhos, quando se mudavam os PDM's. Questionou se não haveria de constar naquele ou noutro regulamento, algo que impedisse de alguma forma, ou que deixa-se os terrenos que iriam ser alvo de alterações significativas, em que a câmara, achava que devia haver, mas cujo usufruto e o lucro era diretamente de alguém que tinha investido muito menos e tinha um retorno muito superior, por uma decisão deles, ali. Deixou no ar se aquela especulação imobiliária, em alguns sítios era completamente abusiva, se não deveria ter uma regulamentação própria. A frente ribeirinha tem sido, especialmente cobiçada e inseria-se muito dentro daquilo que dizia e na perspetiva deles, especialmente a frente ribeirinha poente, no primeiro plano de rua, junto ao rio, tinha tido um aumento de cêrceas, que deveria ser mais contido e não os 16 metros propostos, porque estavam a falar da primeira linha junto ao rio, estavam a falar de 5 pisos de altura, onde presentemente estavam dois, aí entendiam que deveria ser mais contido o PDM. Na unidade 20.9, que era a do Parque Urbano da Várzea, também se previa uma altura de 19 metros, seis pisos, o que lhe parecia uma altura aceitável e enquadrável, mas depois tinha a possibilidade de pontualmente ir aos 70 metros de altura e o próprio regulamento assumia para que fosse um elemento de referência, o problema é que já tinham tido alguns elementos de referência na cidade que depois se tinham tornado dissonantes, na Avenida Luísa Todi, tinham pelo menos dois, não sabia se aquele tipo de aumento de fachadas, junto à frente ribeirinha, logo no primeiro plano e aquela zona ali com aqueles elementos tão altos, ia mudar o perfil da cidade e se não poderiam ser ali elementos dissonantes.

Em conclusão, estavam de acordo com os grandes desafios estratégicos, estavam de acordo com o desenvolvimento daqueles objetivos, tinham algumas discordâncias no que respeitava as prioridades. Entendiam que algumas prioridades estavam subvertidas. As opções de investimentos mostravam a continuidade de uma visão dos projetos de curto prazo serem projetos pouco estruturantes e os projetos mais estruturantes terem uma prioridade média ou baixa, só com execução prevista a partir do 5.º ano, e o porquê não estava bem explicado, se tinha a ver com o financiamento que a câmara tinha, questionou se estavam a prever que a partir do 5.º ano ia haver muito mais autofinanciamento por parte da câmara, não lhe parecia. Por último referiu que estavam a votar, naquele momento, aquele documento final, mas a CCDR só iria promover a conferência decisória da REN, dia 14, não percebiam o motivo

daquela antecipação, era um documento à parte, mas poderia ter implicações diretas, fazia-lhes alguma confusão como é que assumiam que só ia haver uma conferência decisória, para a definição da REN dia 14 e estavam a votar aquilo dia 7, poderiam votar passado um mês e já não haveria, eventualmente, qualquer tipo de surpresa.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que um Plano Diretor Municipal estabelecia a estratégia de desenvolvimento territorial integrando toda a política urbana municipal. Aquele plano integrava as mais diversas áreas, ecológica, ambiental, urbanística, económica, de acessibilidades, mobilidade, social, esperava que um dia psicossocial e cultural, entre outras. Tinham consciência da complexidade daquele processo, tinham consciência do envolvimento, das dinâmicas e dos desafios que tinham estado envolvidos naquele processo. No entanto, não entendiam a demora, nem o *timing* escolhido para a sua votação. O PDM encontrava-se em revisão há 17 anos, desde maio de 2004, o PDM estava em vigor desde 1994, há 27 anos. Muitas eram as dificuldades e insuficiências que terão sido geradas pela gestão de uma cidade e que terá prejudicado o desenvolvimento daquele mesmo território e, referiu alguns exemplos, como a carta educativa que datava de 2016, questionou se poderiam tomar as melhores opções estratégicas com aquela realidade, com a realidade referida de há tanto tempo atrás. Existiam outros pareceres que ao longo do tempo tinham sido efetuados e alguns dados estariam desatualizados, alguns deles desde 2015, outros pareceres, na altura favoráveis, ou favoráveis condicionados, como poderiam verificar na consulta de alguns documentos e também de acordo com o que já tinha sido dito.

Tinham-lhes surgido algumas questões metodológicas que os tinham preocupado, eram indicadas algumas questões de ordem estratégica quanto aos objetivos globais, nos diferentes eixos estratégicos de desenvolvimento e, respetivos objetivos específicos, bem como ausência da definição de metas como indicadores de execução, não tinha visto esses indicadores claramente definidos e isso dificultaria a sua avaliação a nível do grau de execução.

Quanto a propostas de ordenamento, não existiam com a devida clareza, em termos de programação. O PSD também levantou questões quando à previsão do autofinanciamento municipal, que se poderia ver no programa de execução, na parte do plano de financiamento e fundamentação de sustentabilidade, o que depois em termos financeiros não traria um bem-estar socioeconómico aos setubalenses e azeitonenses.

Naquele contexto, o PSD não se revia, totalmente, nos termos do rigor e da estratégia e por esse motivo, pensava que merecia um PDM, mais ajustado e melhor, portanto, iria votar contra.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que na discussão de um documento daquele tipo, que sobretudo era um documento para saudar por finalmente “estar cá fora”, finalmente estar concretizado, finalmente vir atualizar aspetos essenciais da nossa vida e da gestão territorial, que estava articulado com o nosso plano estratégico e que era uma vitória histórica dos últimos anos, se conseguir avançar com aquele PDM, e com uma outra questão que era o facto de ser o PDM de uma geração que defendia de uma forma muito mais eficiente a qualidade de vida, o ambiente, o território e a sustentabilidade do território. Aquele PDM, além do valor específico dele existir, era um PDM com diferentes qualidades e diferentes perspetivas dos PDM's anteriores e melhores perspetivas e melhores qualidades, em termos de conteúdo enquanto documento.

Não se podia criticar e analisar um documento daquele tipo pelas expectativas altas que se poderia ter em relação daquilo que tinha expectativa baixa e a expectativa baixa em relação aquilo que deveria ter expectativa alta. Por outro lado, aquele documento não era um documento de pormenor, era um documento estratégico, era um documento enquadrador e que iria dar origem a muitos outros documentos complementares e que tinham sim, uma lógica de planeamento profundo, aos vários níveis. Esse tinha sido amplamente divulgado e discutido, quando tinham discutido em cada freguesia as unidades operativas de cada

4

freguesia, em que se tinha verificado que havia um esforço real de olhar para o território de uma forma global e estratégica.

Em relação às questões financeiras, achava que era muito difícil prever exatamente todo o financiamento de um período temporal de dez anos, ao pormenor de funcionamento público e, tinham dois exemplos, muito claros, de que por vezes uma previsão de investimento de primeira prioridade podia passar para segunda e vice-versa, em função também das oportunidades de investimento. No caso concreto da habitação, tinham o PRR à habitação, tinham entregue a última versão do documento no dia anterior, no prazo que lhes tinha sido solicitado e, a previsão de investimento poderia auxiliar até aos trezentos milhões e de repente já estavam num patamar das previsões de PDM, completamente ampliadas. Tinham o PRR da mobilidade, o sr. Vereador Manuel Pisco poderia falar melhor disso e, iam concorrer por uma série de infraestruturas que estavam previstas numa relevância média e, que apareciam naquele momento puxadas para primeiro plano, porque tinha havido uma definição estratégica, num território onde estavam inseridos, que era a área metropolitana de Lisboa, em que a mobilidade e transportes e as vias tinham assumido uma primeira prioridade. Era preciso ver o PDM, também com aquela lógica de encontrar pelo caminho as oportunidades de resposta às propostas de investimento que tinha e havia ali uma série de previsões de investimento, cuja dimensão, claramente estava focada no potencial de fundos comunitários, não era só investimento municipal. Ia ser possível perceber, num prazo muito curto, concretamente em relação à habitação e à mobilidade e transportes, mas poderia falar de outras, como na saúde, agora com o PRR saúde, havia ali um conjunto de movimentos financeiros que, na altura em que o PDM tinha sido elaborado não era de todo previsíveis e, esse fenómeno iria-lhes acontecer todos os dias. O que era decisivo e relevante era terem uma visão estratégica, era terem um planeamento estratégico, era terem um conjunto de regras de gestão territorial, que lhes permitisse integrar, dentro das intensões deles, esse tipo de investimentos e por outro lado também estar aberto às oscilações e às oportunidades de investimento, quer públicas, quer privadas. Havia muito investimento que estava previsto ser público e poderia até ser privado.

Qualquer tentativa de minorar o PDM, pela sua eventual falta de segurança de investimento, era uma perspetiva muito errada e que não ajudava sequer a perceber de que é que estavam a falar.

A visão estratégica, em relação às zonas onde se podia construir mais e onde se podia construir menos, tinha que ser uma visão de investimento, uma visão de desenvolvimento. Não se construía mais aqui e menos acolá, porque sim ou porque não. Aquele PDM era um PDM com os olhos virados para o futuro, não era com os olhos virados para o passado. E o passado do urbanismo em Setúbal, era terrível e aquele PDM vinha introduzir uma visão de grande correção desse passado terrível e reorientar o “olhar para o território” de uma forma mais positiva e mais progressiva. Aquele proposta que ali estava era uma proposta que lhes ia dar um instrumento de gestão territorial de grande qualidade para o futuro do nosso concelho.

Sr. Vice-Presidente – Disse que aquele fim-de-semana da Páscoa tinha sido bem produtivo, tinha dado bom trabalho, daí a justificação da tolerância de ponto para aproveitar algumas leituras do PDM, que tinha dado bom resultado. Os contributos vindos da parte do senhor Vereador Paulo Lopes, naquela matéria, naturalmente eram mais objetivos e eram ouvidos, pelo menos por ele, com mais atenção, mas essa atenção tinha-lhe feito chegar algumas dúvidas durante 98% da sua intervenção. Só nos 2% finais é que tinha percebido que afinal estava de acordo com a estratégia, estava de acordo com os objetivos, só não estava de acordo com as prioridades e, nessa altura descansou. Questões pontuais também tinha, um heliporto bem feito era em cima do novo edifício das urgências do hospital de Setúbal. Mas não era por não estar no PDM previsto naquele momento, que ele não ia ser lá feito, era porque o governo da altura em que o edifício tinha sido reconstruído, não tinha querido, só por isso é que não tinha sido feito. O PDM era um documento enquadrador do ordenamento e da gestão territorial, sobretudo da gestão territorial, mas era um documento enquadrador e

enquadrado, o PDM era enquadrado nos planos diretores de nível superior. Questionou quantos PROT tinham sido alterados na vigência do período em que deveriam ser alterados os PDM's. As pessoas diziam simplesmente que desde 2004 que estava para ser feita a revisão, 17 anos e, quantas vezes se tinha mandado para trás, ou se tinha mandado congelar, ou para começar de novo a revisão dos PDM's, porque tinha mudado o Plano de Ordenamento Regional, porque tinha mudado o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, várias vezes. O atual governo também tinha anunciado a intenção de rever, novamente, o Plano Regional de Ordenamento do Território e isso faria, outra vez, bloquear os PDM's. Cada governo que entrava entendia que devia reorganizar tudo de novo em termos de Ordenamento do Território no país, era um novo regulamento, um novo regime de urbanismo, era um novo regime de Ordenamento do Território, era uma data de políticas novas, porque ninguém queria aproveitar as políticas que vinham de trás e isso é que tinha sido o fator prático que tinha impedido o normal percurso da revisão dos PDM's. Tanto que assim era que aquilo não era um problema nem de Setúbal, nem de Palmela, nem de Lisboa era um problema geral. Lisboa até era um regime especial, que tinha sempre as suas preferências, governava-se à parte, mas fora isso os municípios tinham tido aqueles entraves. Portanto, era um documento enquadrador de gestão territorial e urbana, mas era um documento enquadrado e, eram nos enquadramentos desse próprio plano que estavam as grandes condicionantes, que iam ao ponto de algumas discordâncias que o senhor vereador tinha referido. As noções e os conceitos que estavam vertidos naquela proposta de Plano Diretor Municipal Revisão não tinham sido inventados pelo senhor Dr. Raminhas, nem pela senhora Arquitecta Rita, nem pelos técnicos daquela câmara. Não eram produção local, eram os conceitos, as noções e os critérios que a lei obrigava, havia adaptações em alguns casos, noutros casos não havia adaptação nenhuma, tinham que seguir as regras e os conceitos que a lei determinava, tinham que fazer o plano com os ingredientes que a lei dava aos técnicos, não podiam fazer "cada um à sua vontade", porque se não havia harmonia nenhuma. Um documento daqueles era um documento que tinha um "modelo horizonte", para a definição da cidade, a década era um prazo razoável, com a aceleração dos tempos que "hoje por aí andam", se calhar a década não seria suficiente para colocar de pé um plano a médio/longo prazo. Planos a longo prazo, às vezes demoravam tempo de mais quando não havia capacidade de os gerir e, demoravam tempo de menos quando as circunstâncias iam mudando. As circunstâncias estavam ali: *"ninguém pode agora dizer, porque vem aí uma bazuca, nós estamos a apresentar um Plano Diretor Municipal, do tempo da fisga, anteriormente não tínhamos bazuca, estamos a finalizar o Plano Diretor e veem-nos dizer, mas agora veem aí muitos investimentos e temos que fazer tudo de novo, nem pensar"*. O Plano Diretor que estava a ser preparado havia bastante tempo era com os meios e com o enquadramento, com alguma cautela previsível.

Apesar disso, o programa de investimentos que estava ali calculado e que tinham dito que era um exagero, era um exagero o quê? O Vereador Rabaçal tinha acabado de referir que, de repente, vinha uma bazuca e, depois, podia vir uma pedrada maior de outro lado qualquer. O investimento público era indutor do investimento privado e vice-versa, porque se houvesse desenvolvimento económico, se houvesse mais receitas no desenvolvimento económico, isso pressupunha, num estado normal, que houvesse mais receitas públicas. Num estado mais liberal haveria menos receitas públicas e o desenvolvimento económico poderia, até, cavalgar, mas, num estado normal, como ainda pretendiam ser, se houvesse bom desenvolvimento económico a receita pública subia e subia a capacidade de financiamento e de investimento. Não era nada do outro mundo. No entanto, Portugal era um país apoiado, mas os apoios, de vez em quando, tinham que acontecer. Naquele momento, estávamos na altura de azares e, para azares maiores, apoios maiores. De certeza que aquele PDM, era capaz de absorver uma parte desse investimento, que ali estava, se iriam conseguir manter em média ou não, pensava que não seria esse o problema, mas se não mantivessem o PDM não seria desvalorizado. O programa económico, ou o programa social, que várias vezes o senhor vereador também tinha referido...o PDM não ia fazer um programa político de ação social, ou de ação económica, não era essa a sua finalidade principal. Tinha que ter

enquadramentos e relacionamentos com todas as áreas, naturalmente, mas não ia determinar nada de essencial nem quanto às prioridades, era preciso era que as enquadrasse. Naturalmente, não iria deixar de ser feito um heliporto em Setúbal, noutra sítio qualquer, porque o PDM, dizia que tinha que ser ali naquele sítio, com certeza que havia de haver possibilidade de o fazer, havia ali uma previsão, mas não havia de haver a impossibilidade de fazer o desenvolvimento das modalidades desportivas, marítimas de recreio, por não haver uma marina. A marina era para fazer a atracagem dos barcos, não era para desenvolver a prática e as modalidades desportivas de navegação, à vela, a marina não era essencial para isso, uma marina era para atracar barcos, era para os abarcar, não se podia tirar o mérito a um centro de desporto náutico que a câmara fizesse, por não ter a marina como prioridade, eram coisas diferentes.

Quanto à castração das varandas, se o piso superior era uma varanda ou uma construção, era evidente que esse tipo de pormenores, poderiam ter algum significado, mas julgava que a leitura também era relativamente simples para saber se uma coberta, era ou não uma construção de um piso superior, sabia-se perfeitamente o que era um piso por cima e, o que não era piso, uma coberta era uma coberta, um piso era um piso. Se do primeiro para o segundo tivesse uma cobertura era uma coisa, se no último piso não tivesse mais nada se calhar era outra. Aquela aplicação devia ter sido colhida nos conceitos que a lei já tinha definido antes, para se poderem fazer PDM's, com certeza que não tinham sido os técnicos da câmara que tinham inventado o conceito de cobertura que poderia, ou não, ser complementada num piso superior, deduzia ele, também não tinha ido conferir a esse ponto.

O outro mérito daquele plano era, de facto, ele assentar no plano estratégico de Setúbal. Um plano estratégico era um documento não executivo, era uma visão do que queriam para uma década, tinham definido uma visão, uma visão que tinha sido consensual, aquele PDM, que era um documento executivo, era para ser cumprido nas suas determinações de ordenamento urbano, de uso do solo, esse sim executivo, mas estava perfeitamente casado com esse plano estratégico, não se tinha ido fazer uma coisa de propósito para assentar na outra, mas isso significava que havia um consenso, em relação aos grandes objetivos e, às grandes prioridades também. Depois as prioridades intermédias e mais pequenas, não se podiam prever todas, nem se poderia pretender que os técnicos que produziam, ou os políticos que aprovavam um Plano Diretor Municipal, fossem "bruxos", para adivinhar o que é que iria acontecer num futuro imediato. Não se podia adivinhar, mas podia-se antecipar o mais possível e, na antecipação possível, não cabia por exemplo uma pandemia e uma bazuca em cima. Portanto, os patamares, não poderiam estar condicionados, nem se poderiam arrastar por causa disso.

Tratava-se de um documento importante para o desenvolvimento futuro do município, que reunia muitos consensos, aliás, tanta observação que, naquele momento... Também já tinha falado de mais, porque aquilo tinha tido um longo período de discussão e, tinha sido tanta a observação ali feita, naquele momento, que o obrigava a perguntar, ao senhor Vereador Paulo Lopes se não tinha tido oportunidade, em várias discussões públicas que tinham sido propiciadas pelo motivo, nas audições que tinham sido feitas aos membros, aos eleitos daquele município, da assembleia e da câmara, no próprio período de discussão pública, não tinham vindo observações a lume e, questionou, só no fecho da formalização do processo é que o senhor Vereador Paulo Lopes se tinha lembrado de fazer a listagem de todas as suas reservas? Era com aquilo que preenchiam as palavras Município Participado era dado oportunidade às pessoas de participarem. Município Participado tinha conteúdo, não tinha só letras, tinha conteúdo na ação deles. Se alguma coisa tinha sido feita, com oportunidades de pressão, quer da população, da opinião pública, que eram os beneficiários finais de um plano daqueles, quer dos eleitos que eram os atores políticos, do tempo em que ele era decidido, tinha havido muitas oportunidades de participação e, julgava que as questões listadas em pormenor não faziam ali sentido. Portanto, ficava satisfeito com a concordância, do senhor vereador, com a estratégia, com os objetivos, dava-lhe a favor que algumas das prioridades iriam certamente ser trocadas e revalorizadas com o tempo, mas a ordem de prioridades não era condicionante, o enquadramento, devidamente enquadrado na lei e, devidamente

4

encontrado no consenso gerado, havia um consenso gerado que se tinha materializado no plano estratégico de Setúbal e, aí tinham tido unanimemente, quase de acordo, aquilo também estava feito de forma a que obtivesse fácil consenso, mas aquele PDM, tinha conseguido ir atrás naquele rasto e fazendo isso, julgava que tinham ali um documento, suficientemente consensual, dificilmente rebatível, para não lhe darem um voto favorável, para o submeter e, finalmente, deixar nas mãos do governo o fecho daquela questão, se ele não se lembrasse de fazer mais alguma revisão de algum ordenamento regional, de algum ordenamento setorial, de qualquer coisa assim.

Finalmente nas condições terríveis, muito limitadas no tempo, pelos entraves, pelos arrastamentos, pelas condicionantes, por essas dificuldades de condições, terem chegado a um ponto a que tinham ali a revisão daquele PDM, era um sucesso assinalável que deveria merecer um apoio mais unânime daquela câmara.

Não era apelo nenhum, era uma constatação, porque ficaria marcado para o futuro quem é que estava a querer pôr as pedras no caminho que ia permitir os passos do que haveriam de vir a seguir e aquele caminho era bem feito, aquelas pedras eram firmes, não eram coisas que os fizessem escorregar no futuro. Esperava que tivesse uma boa votação.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que os pormenores, aparentemente, não eram importantes, ou eram desvalorizados, mas no dia-a-dia esses pormenores faziam muita diferença e criavam muitos problemas e, muitas das vezes eram as decisões políticas que não tinham atenção aos pormenores que depois bloqueavam certas coisas, tinha sido por esse motivo que tinha ido ao pormenor, se não também não iria estar preocupado com questões de somenos importância. Efetivamente achava que haviam ali questões que iam ser importantes e que deviam merecer reflexo depois, com a aplicação do novo PDM, se tinham que ser alteradas ou não.

As prioridades eram voláteis, podiam-se mudar...então o que ficava..., ficava o que achava que não devia ser feita a discussão que tradicionalmente se fazia sobre os PDM, que era sobre a planta dos usos e condicionantes, que era a “manchinha”, que era onde se podia construir, onde é que não se podia. Isso é que era a visão redutora e, tinha sido por isso que o Partido Socialista tinha tentado fazer uma abordagem macro, indo para a parte obviamente da classificação e quantificação dos solos, mas tinha-se afastado propositadamente, apenas dessa visão, porque entendia que aquilo devia ser muito mais, mas também, não podiam desvalorizar os pormenores, porque os pormenores, depois, nos serviços, criavam problemas, entropias, e, depois, lançavam-se exceções.

Por exemplo, o atual PDM dizia, claramente, que os telheiros não podiam ultrapassar 5% da área da superfície total de pavimentos das casas. Como se tinha percebido que 5% não era nada, porque tinha sido uma situação de pormenor que tinha passado, começou a ser 5% de cada telheiro, era uma interpretação, depois com o tempo, nada estava escrito, o que contava era o que estava no PDM, esses 5% já podiam ser desvalorizados, desde que o conceito arquitetónico justificasse... portanto, esses pormenores, às vezes, faziam diferença e quando falava nisso era porque sabia, como os senhores vereadores também sabiam, se uma pessoa fazia uma moradia e não lhe deixavam fazer o telheiro ela ia fazer o telheiro a seguir, ilegal e ia fazer sem controlo urbanístico, ia fazer como entendia. Era por esse motivo que achava que aqueles documentos não deviam ser fastidiosos e ir ao pormenor de qual era a madeira de carvalho que iam pôr no passadiço, mas tinha que ter condições para darem resposta às pessoas, para que elas depois não entrem no incumprimento que depois, naturalmente, acabavam por entrar.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que ficava um pouco espantado, com a ideia, que ali tinha sido trazida, de que: *“Esteve tanto tempo para se fazer esta revisão do PDM, e, agora, porque é que vem nesta altura? Era um dos paradoxos, se calhar o melhor então, era aguardar mais”*. Mas ainda tinha ficado mais espantado e surpreendido, ou não, quando se desenvolviam os argumentos: *“Vem atrasado, mas se calhar o melhor era esperarmos um pouco, aguardávamos mais um pouco para fazermos aqui umas atualizações”* e depois, de

alguma forma se ignorava que o PDM tinha que cumprir as normas dos planos de nível superior e a legislação vigente e como tinham sido constantemente alterados, eram muito poucos os municípios do país que tinham os PDM atualizados, não estavam numa ilha.

As dificuldades que o município de Setúbal tinha tido, para mais cedo ter aquele PDM atualizado, tinham sido as dificuldades que a generalidade dos municípios do país e da região em que se enquadravam, tinham tido também para os atualizar.

Era curioso, vindo de alguns partidos, o entendimento que tinham sobre os planos e sobre o planeamento. Pensava que era um entendimento consensualizado, que o planeamento e os planos eram questões dinâmicas e não estáticas.

Sendo dinâmicas e não estáticas significava que, o que propunham e o que previam numa revisão, naturalmente estava sujeito a alterações, eram dois instrumentos diferentes. Uma coisa era uma revisão, outra coisa eram alterações. As alterações decorriam no cumprimento do que eram as grandes estratégias, as grandes questões mais estruturantes de um PDM, que estava sujeito naturalmente a alterações de enquadramentos que iam surgindo, mas de outros também de oportunidades e, de opções de investimento promotoras de desenvolvimento que, poderiam surgir e que naturalmente surgiam e não eram de um dia para o outro, nem conseguiam prever o que ia surgir dali a 10 anos.

Era aferido um conjunto de prioridades e brincava-se com as prioridades, porque se escolhia um ou outro projeto, que estava no programa de execução, para fazer a caracterização do que eram as prioridades, mas isso já era habitual para quem tinha um discurso de que as intervenções, no nosso concelho, eram apenas intervenções de pintura de fachada e não eram intervenções estruturantes, quando tinha havido um conjunto de profundas intervenções e investimentos estruturantes. Naturalmente, justificar-se-ia, então, recorrer à caricatura: então, vamos lá ver, no conjunto, o que é que são os investimentos, já agora, prioritários? Porquê? Porque, por um lado, são estruturantes e, depois, pelo nível de maturidade dos projetos, porque, se há projetos que não têm um determinado nível de maturidade, no plano de execução, não podem ter a mesma prioridade de outros, que têm, já, outros níveis de maturidade, ou que já estão, inclusivamente, em execução e que o PDM acolhe. Mas, vamos, então, ver o que é que são os projetos prioritários ou o que é que é o programa de execução.” Eram abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, sistemas de drenagem pluvial naturais e artificiais fundamentais, os mais estruturantes, equipamentos educativos, equipamentos de saúde, planos de caráter ambiental e adaptações às alterações climáticas, sistemas eficientes de recolha de resíduos, recuperação de habitação pública municipal e de património estruturante da nossa cidade, acessibilidades estruturantes.

Questionou se o acesso às Praias do Sado não seria uma acessibilidade estruturante, se o acesso à ligação da cidade à península de Mitrena não seria uma acessibilidade estruturante ou as acessibilidades às praias não seriam uma acessibilidade estruturante no concelho de Setúbal. Podiam brincar que a alteração do viaduto das Fontainhas era algo que não era estruturante, mas, se tivessem o entendimento que era algo que estava associado à requalificação de toda a frente das Fontainhas, de todo aquele bairro das Fontainhas, do Bairro de S. Domingos e por aí fora, de toda a Estrada da Graça, já poderiam entender que, então, se calhar, era um investimento que era estruturante e não era um capricho nem era uma pintura de fachada. Eram esses critérios e jogava-se com as leituras de um ou outro projeto, indo ao ponto de descontextualizar projetos para, depois, se fazer a consideração de que as prioridades... Era o que era, isto numa linha de coerência, naturalmente, com um discurso demagógico e populista, de desvalorização de um conjunto de investimentos estruturantes que eram, necessariamente, feitos naquele momento, estruturantes naquele momento, por causa de opções de 20 e 30 anos atrás, que iriam ter impactos nos 20 e 30 anos seguintes.

Tinham uma proposta de PDM, que não esquecia que os impactos para os 10 anos que ali estavam não eram só os impactos dos próximos 10 anos e isso era algo que era muito importante.

E por fim, achava que merecia ali uma palavra o reconhecimento que aquela revisão de PDM teve, pela própria Comissão Nacional do Território que tinha considerado aquele um plano de



boas práticas ambientais, isso tinha que ser muito valorizado e que era exemplo em todo o país. E tinha estado com o Dr. Vasco Raminhas num debate com alguns dos maiores especialistas portugueses, na área do planeamento e do urbanismo e que tinham elogiado, sem poupar nas palavras, o trabalho que a revisão de PDM tinha feito e à proposta de PDM que Setúbal tinha. E apresentavam como exemplo e pretendiam debater, estudar e discutir as opções que estavam presentes no PDM de Setúbal. Era de grande justiça fazer ali e em todos os momentos que fosse feita a discussão nos vários processos que tivessem ainda pela frente de aprovação daquela revisão de PDM.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que o problema que tinham ali era um problema de visão. Agradeceu o facto dos técnicos da câmara municipal, nomeadamente na área do urbanismo terem conseguido interpretar tão bem a visão que aquele executivo em funções tinha relativamente àquela matéria em relação àquilo que eram os projetos que iam fazer daquele concelho, um concelho ainda melhor do que era presentemente e, ter aquela visão estratégica de futuro.

Particularmente das questões que diziam respeito ao ambiente, achava que estavam a falar de um passo de gigante, num instrumento daquele tipo, estavam a falar de um documento que tinha uma modernidade e tinha uma constância muito interessante, estavam a falar de questões que muitas das vezes não tinham nada a ver, com documentos daquele tipo, com instrumentos daquele tipo, porque só se preocupavam com as questões económicas, que eram muito importantes, sem dúvida, com as questões da educação e da cultura, mas especialmente com as questões da organização do território, deixando muitas vezes para trás aquelas questões que no fundo tinham que surgir como alavancas do desenvolvimento e não como obstáculos. E o facto do concelho de Setúbal estar com uma grande percentagem do seu território incluído em reserva e em parque, tinha sido demonstrado naquele PDM que estavam a falar de uma mais-valia e não de um obstáculo. Deu os parabéns pela visão que tinham tido, relativamente àquilo que eram as perspetivas ambientais, àquilo que era o enquadramento com aquela realidade das alterações climáticas e com a atenção dedicada à questão dos passivos ambientais existentes no concelho de Setúbal e que parecia ser de extrema relevância.

Estavam a ouvir falar de algumas intervenções que lhe pareciam um pouco saudosistas em relação àquilo que era um instrumento que tinham, era um instrumento que tinha sido criado na sua altura, com as regras que tinham, mas presentemente a necessidade de o alterar era por demais evidente. Quando às vezes ouviam, naquela câmara, ou em voz *off*, ou em apartes, algumas questões como aquelas relacionadas com obras que faziam, percebiam realmente que haviam pessoas que viviam no passado e que gostariam de continuar no passado, relativamente, por exemplo, ao desenvolvimento que tinham vindo a criar em relação aos acessos para as pessoas puderem andar, em relação às obras da mobilidade e falava em particular da Avenida dos Combatentes, porque lhe parecia que era uma obra muito bom nesse sentido e, de exemplo, e era isso que o PDM deles preconizava. Espaços para as pessoas, acessibilidade para todos e não que vivêssemos no passado em que os automóveis eram os donos e os senhores das cidades e que as pessoas tinham que se remeter à sua insignificância.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que já muito tinha sido dito, mas um Plano Diretor Municipal, era sem dúvida um instrumento legal fundamental para a gestão dos territórios municipais. Definia os planos estratégicos do desenvolvimento territorial, dos municípios e era fundamentalmente um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais. Era com base num Plano Diretor Municipal que os demais planos vinham a seguir. Os pormenores viriam em último, dos últimos lugares e achava que ali, nem tinham espaço para serem referidos.

A câmara municipal tinha feito a revisão do PDM, um trabalho fantástico, desenvolvido pela equipa deles de técnicos, a quem saudou e deu os parabéns. Tinham trabalhado, não só na parte técnica, como também tinham tido uma forma de fazer chegar aquele Plano Diretor

4

Municipal, a todos os munícipes, de uma forma incrível, com um trabalho de proximidade, como tinha sido referido pelo senhor Vereador Manuel Pisco e realmente era essa a forma de estar deles, Município Participado.

Parabenizou mais uma vez a equipa e a Câmara Municipal de Setúbal já podia dizer que tinha feito a revisão do PDM e que podia começar a gerir o território de uma forma mais atual, no século XXI, preparado para o futuro.

Sra. Presidente – Disse que já muita coisa tinha sido dita, mas tinha que dizer algumas daquelas coisas que não poderiam deixar de ser ditas.

Começou pela vergonha da demora daquele PDM. Perguntou à senhora Vereadora do Partido Social Democrata, se sabia quantas câmaras do PSD tinham os PDM's aprovados e, se sabia porque é que eles estavam a demorar tanto. Era só perguntar aos companheiros da senhora vereadora, porque se calhar eles deviam ter a resposta. Quase nenhuma câmara do Partido Social Democrata tinha PDM's, tinha que lhes perguntar primeiro, porque tinham o mesmo tempo que eles, com a agravante que ainda iam demorar mais tempo porque não tinham os PDM's aprovados.

Devia-lhes perguntar o que é que, o seu governo, o governo do Partido Socialista, tantos e tantos anos, as vezes todas que tinham alterado legislações atrás de legislações, o tempo que demoravam às vezes para atender uns "simples autarcas", que precisavam de fazer concertações, precisavam de fazer conferências. Cada passo que davam no plano, tinham que fazer conferências com cinquenta e tais entidades, presentemente já mais reduzidas, porque, entretanto, a legislação tinha vindo a alterar, mas tinham começado com cinquenta e tal. Lembrava-se nas primeiras reuniões que tinham tido, de visita ao município com aquelas entidades todas, de irem em dois ou três autocarros para ver mais ou menos o território, para apreciar "este ou aquele" plano, a área ou da REN, ou da RAN, dependia daquilo que se estava na altura a discutir e, que tinham que se encontrar aquelas entidades todas para verem determinado local. Só para se concertarem agendas, às vezes eram meses, para concertar agendas de quem é que ia da entidade tal, meses, quase um ano. Para se concertar alterações de legislações, porque entrava um governo e dizia: "não, não, agora não quero o projeto do ruído, agora quero a lei dos solos mais não sei o quê, depois entra o outro, que não é bem assim e depois as câmaras estão a fazer as alterações do PDM, em quase todas elas caducou em 2004, porque o de primeira geração foi de 1994 até 2004, poucas, não chega a 30%, nem de longe, nem de perto, o número de câmaras que têm os PDM's aprovados". A senhora vereadora tinha que perguntar aos seus companheiros porque é que não chegava a 30%.

O PDM deles, por exemplo, que devia ter ficado pronto no ano anterior, só por causa de uma pandemia, já lá ia um ano e tal, só por causa da pandemia, porque se não estavam a falar de 16 anos e não em 17 anos. Tinha sido tudo assim, em catadupa.

A última reunião que tinham precisado do ICNF, para o acerto daquela questão da REN, tinha demorado tanto ou tão pouco, que ainda não tinha sido feita. Ou seja, tiveram que pedir ao senhor Secretário de Estado para intervir junto do ICNF, há meses atrás, para fazer uma reunião com eles. O senhor Secretário de Estado, que esteve em reunião com eles via Zoom, é que tinha conseguido pôr alguém do ICNF também na reunião via zoom e, que na semana seguinte iria ter uma reunião presencial, com eles para fazer a conferência: "assim teve a senhora vereadora que não sabia o que é que se passava, assim tiveram eles, até hoje. Vamos novamente pedir ao senhor Secretário de Estado para fazer essa reunião". Achava de uma falta de respeito muito grande, um partido que era um partido de governo, um partido que votava naquele espaço, planos importantes, como o plano de pormenor do Monte Belo Norte, quando tinha sido a *Decathlon*, quando tinha sido aquela área toda comercial, tinha votado contra, tem votado contra uma série de planos, extremamente importantes, estava a falar para o PSD que era um partido de governo, um partido daqueles que votava contra planos importantíssimos para o desenvolvimento económico de uma cidade, como é que um partido daqueles, que não tinha pessoas sequer que nem na Páscoa se dignaram a ler o PDM. Não tinham apresentado ali, o que quer que fosse, a não ser generalidades para

dizerem: “*vamos votar contra*”, achava que era de uma grande falta de respeito, quer pelos técnicos daquela casa, quer pelo passado e pelo sofrimento que a autarquia tem tido, junto dos sucessivos governos, não era daquele governo, era dos sucessivos governos, uma falta de respeito, um contrassenso com uma campanha eleitoral que já tinha começado que dizia que não havia acessibilidades para as pessoas, uma falta de respeito para quem não conhecia o município e que dizia que não sabia quantos rebaixamentos de passadeiras tinham sido feitas, não passava uma bicicleta, não passava um carrinho de bebé, uma falta de respeito pelos nossos queridos trabalhadores que tanto rebaixamento têm feito.

A última obra enorme que ali tinha sido feita, mais respeito pelas acessibilidades não se podia ter. Uma obra feita de nível, chamada de nível em relação ao piso asfáltico e ao piso que era dedicado aos moradores. Era um desconhecimento, uma falta de consideração, uma falta de respeito por tudo aquilo. Era um desconhecimento daquilo que eles próprios tinham feito, enquanto governo, por aquele tipo de documentos, por coisas que tinham alterado, por falta de respeito para com os autarcas em relação à resposta rápida, compreendiam que eram 308 municípios, era preciso atender muita gente, era preciso responder a muita coisa.

O atual governo já tinha ido alterando, tinha criado alguma descentralização relativamente aos PDM, quer ao número de entidades que tinham presentemente que dar parecer para os PDM, que tinham reduzido drasticamente, mas que mesmo assim algumas das mais responsáveis continuavam a não atender os autarcas, a renegar para segundo plano.

Tudo aquilo eram coisas que tinham que ser denunciadas, que tinham que ser escritas. Era bom que os autarcas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, dissessem porque é que não tinham os seus PDM resolvidos, feitos, volvidos 17 anos e alguns haviam de demorar muito mais tempo, porque podiam não ter condições, cada um falava do funcionamento do seu município.

Relativamente às questões que o senhor Vereador Ricardo Oliveira ali tinha dito e que tinham sido extremamente pertinentes, o que é prioridade para uns e não era para outros. O que era prioridade para eles era retificarem a desastrosa gestão do Partido Socialista. Era retificarem aquilo que no tempo do Partido Socialista, tinha sido comprado como AUGI e rapidamente se tinha transformado em área *edificandi*, tinham muitos exemplos em Azeitão, não os fizessem puxar pelos exemplos. Era retificarem aquilo que tinha sido construído em cima de linhas de água, os dois prédios da Avenida Luísa Todi, para agora se falar que... bem era melhor não porem aquilo muito alto, quando o próprio Partido Socialista tinha feito as torres que tinha feito, o prédio do *Batikanos* e o 277, as Galerias Avenida Parque. Não tinha sido no governo do Partido Socialista? O *Batikanos* é que não era, mas o Galerias Avenida Parque tinha sido, que era maior ainda que o *Batikanos*. Mas havia outros.

No tempo do Partido Socialista, tinham deixado o espaço PIS em branco, não tinha sido resolvido, não tinha sido colocado, assim era fácil, acabar um PDM rapidamente porque aquele não tinha sido resolvido.

No tempo do outro PDM, feito pelo Partido Socialista, a questão da REN nunca tinha estado no PDM, tinha estado sempre em situação transitória, que se tinha verificado até ao presente, até ter que entrar naquele PDM. E a delimitação da REN, por causa da questão que o senhor vereador tinha colocado, relativamente a dizer: “*No dia 14 vão ter a reunião, porque é que isso está..., vou explicar*”. *Aquilo que no vosso PDM nunca tinha sido considerado, não tinham estado preocupados, não tinha estado nenhum técnico da CDU a chamar a atenção para isso. A delimitação da REN, tinha-lhe dito o excelente geografo, Vasco Raminhas, dizia assim: “A delimitação da REN é um processo paralelo, mas autónomo do processo de revisão do PDM. No regime jurídico da REN, é referido que quando não há limitação municipal da REN, como é o caso do município de Setúbal, aquando da publicação do PDM em 94, não foi aprovada e publicada a delimitação da REN, nessa altura, situação que se perlongou até aos dias de hoje. O processo de revisão do PDM, não poderá ser aprovado pela Assembleia Municipal, sem que a REN, tenha sido previamente aprovada. Só pela Assembleia Municipal, não pela Câmara. O município submeteu a proposta da delimitação da REN para aprovação, estando agendada a conferência decisória para o próximo dia 14 de abril, no qual vai participar a CCDR, a APA, a ARH Tejo e Oeste e a ARH Alentejo, o ICNF e a ANEPC. Da*

conferência decisória, poderá resultar a necessidade de se efetuar algum acerto da delimitação da REN, designadamente no que respeita às propostas de exclusão, por não aceitação de alguma proposta de exclusão por parte das entidades atrás indicadas e consequentemente proceder ajustamento na proposta de ornamento”.

Achava uma falta de respeito por aquilo que tinha sido uma discussão de tanto e tanto tempo, por parte do Partido Socialista, mas ao menos tinha lido nas férias da Páscoa.

A primeira apresentação tinha sido aos vereadores, que nem sabia se estava alguém do PSD, sabia que estavam do PS, mas na época do PS não se tinham pronunciado, do PSD não queria afirmar, mas tinha ideia que não estavam, não queria afirmar em absoluto e depois já tinham apresentações públicas em que ninguém se tinha pronunciado, na discussão pública, era melhor tarde que nunca, que aquelas questões algumas pertinentes, tivessem vindo, naquela altura a ser colocadas. Já não podiam ser incluídas, já tinha acabado a discussão pública.

O senhor Vereador Paulo Lopes, tinha tido tanta proximidade com os técnicos e, tinha tido tanto tempo, tinha havido a discussão pública que deveria ter acabado há um ano atrás e o senhor vereador não tinha apresentado nada. E agora em sede de *showbiz*, para as redes sociais, mas depois iria ter a resposta que merecia, vir ali dizer que isto e aquilo estavam mal. Não era estar mal, deveria ter sido contemplado assim, deveria ter sido contemplado assador, etc.

Achava que um documento daqueles merecia a discussão que estava a ter e achava que aquilo tinha que ser explicado às pessoas, especialmente por parte do PSD, o cuidado que tinha com aquele município, a falta de honestidade política e de preocupação pelos documentos de ornamento do território. Alguém tinha feito aquilo e tinha posto ali também para o *showbiz*, porque nunca tinha tido o cuidado de dizer o que quer que fosse: *“votamos contra, está despachado”*.

Tinha que agradecer mais uma vez ao povo de Setúbal, que tinha colocado ali sete vereadores, para garantir que tudo aquilo fosse executado, ali e na Assembleia Municipal. Era evidente que aqueles documentos eram dinâmicos, era como o senhor Vereador Carlos Rabaçal e o senhor Vereador Manuel Pisco tinham dito, daqui a uns anos poderia haver ali mudanças, até dos próprios suportes daquele documento e ter que haver alterações. Poderia haver alterações de grande monta, naquilo que podia ser o alicerce daquele PDM, poderia ter que haver alterações ao próprio PDM, haver suspensões do próprio PDM, toda a gente fazia isso, quando havia necessidade de resolver alguma situação. Tinham feito para resolver o caso da SAPEC, por exemplo, tinham feito para resolver casos bem bichudos, bem importantes e que tinham que ver com empresas que tinham muitos trabalhadores e aquele documento com certeza seria um documento também dinâmico, desse ponto de vista, quer relativamente aos investimentos, quer relativamente àquilo que poderiam ser as prioridades. Mas como tinha dito o Vereador Ricardo Oliveira se aquilo não eram prioridades o que é que eram prioridades, mas poderia haver um ou outro caso que tenha que haver substituições, alterações e fazia parte da vida e da dinâmica de uma cidade e daqueles documentos.

Tinha sido bom terem chegado ao fim em relação àquele patamar, parecia que faltava pouco, faltava a Assembleia Municipal, faltava aquela conferência, que deveria ter lugar antes da assembleia, como era óbvio e, portanto, chegarem ao fim, com erros e falhas de todos os documentos tinham, só não errava quem não fazia, eles tinham feito, achava que tinha que haver respeito por isso.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Fez a seguinte declaração de voto: *“Como foi referido no início da discussão, o PDM é um instrumento de definição da estratégia municipal, estabelecendo o quadro estratégico de desenvolvimento territorial ao nível local.*

Se entendermos estratégia como um conjunto de decisões coerentes e integradoras que revelam a vontade em termos de objetivos de longo prazo, programa de ações e prioridade na

4

afetação de recursos, uma leitura atenta dos documentos de suporte do PDM demonstram falta de coerência quanto aos objetivos definidos, aos meios elencados e aos recursos afetados.

Se concordamos no essencial com os grandes desafios estratégicos, com os grandes eixos de desenvolvimento estratégico, e com os objetivos específicos, temos grandes discordâncias quanto às opções de investimento, essencialmente no que respeita às prioridades.

As opções de investimento demonstram a continuidade de uma visão de gestão de curto prazo, em que os projetos estruturantes têm prioridade média ou baixa (com execução prevista só a partir do ano 5 do Plano).

Ao mesmo tempo, não se vislumbra ao longo dos documentos uma vontade de alargamento da atividade do município a áreas importantes para o desenvolvimento do Concelho e do bem estar das populações, bem como em estabelecer relações e parcerias.

Importa ainda referir que vamos votar a proposta final, aqui em reunião de Câmara, de forma extemporânea, pois a CCDR só irá promover a conferência decisória da REN no dia 14 de Abril. Esta votação é prematura, fica por explicar qual a urgência de antecipar esta votação em uma semana, à decisão final por parte das instituições relativa a Reserva Ecológica Nacional. Ainda para mais quando existem desconformidades com o POPNA e que por essa razão está sujeita também a ratificação por parte do Governo.

Sintetizando o que foi dito antes, na apreciação dos documentos do PDM:

i) É de duvidar da capacidade do município em investir uma média anual superior a 40 milhões de euros, quando nos anos entre 2015 e 2019 a média foi pouco superior a 12,1 milhões e o ano de maior investimento, 2018, o valor foi de 15,6 milhões (fonte: Relatório e Contas de 2018 e 2019).

ii) Quanto à habitação social, em que é reconhecida a carência, estão previstos 30 milhões de euros (repartidos 3 milhões por cada ano, sendo 50% do Estado e 50% da autarquia), para aplicar no Programa local de habitação destinado a famílias que não têm capacidade de acesso a uma habitação condigna sem o apoio público/municipal, mas ao programa é dada prioridade média, não sendo referida a forma como essas habitações são obtidas (construção de raiz? Recuperação de fogos devolutos?), nem no âmbito de que programas públicos (custos controlados? reabilitação para arrendamento?), quando neste momento existe uma oportunidade única por via do PRR, em parceria através do IRHU, de resolver definitivamente um problema que se agravou nos últimos 20 anos.

iii) Ao longo dos documentos do PDM não se encontra qualquer referência a bolsas de terrenos para construção de habitação destinada a renda acessível ou renda social nas suas diversas formas (social, custos controlados, forma cooperativa), nem a quaisquer eventuais parcerias, nem, tão pouco, aos programas governamentais para implementação do programa municipal de habitação.

iv) Em relação às acessibilidades e à mobilidade, as vias estruturantes para o Concelho (conclusão da circular externa de Setúbal, a circular interna de Setúbal, o prolongamento da EN 378, Sesimbra-Azeitão), têm prioridade baixa, com realização prevista para os anos 8 e 9 do Plano.

v) Por outro lado, está prevista a realocização do viaduto das Fontainhas com prioridade alta (a partir do ano 3 do Plano), num montante de 4,1 milhões de euros diretos, algo que não nos parece prioritário.

vi) Quanto ao estacionamento, é referida a criação de zona de estacionamento (superfície e subterrâneo), e zonas de estacionamento tarifado, com valor de investimento zero, e apenas meio milhão de euros para estacionamento de rebatimento. Quer isto dizer que a Câmara pouco irá investir na criação de bolsas de estacionamento.

Depois da recente aprovação de alargamento de estacionamento tarifado a grande parte da cidade, a ausência de criação de parques de estacionamento nos próximos dez anos, terá gravosas consequências para a acessibilidade dos Setubalenses às zonas mais centrais da cidade, para trabalhar, para fazer compras ou para passear.



vii) *Relativamente ao ambiente/Zonas verdes, estão previstas 3 intervenções parque urbano da várzea, parque urbano da quinta da amizade, plano municipal de arborização. Mas até 2025 apenas será criada uma zona verde em Setúbal, na Quinta da Amizade.*

viii) *No que respeita ao papel da Autarquia na criação de condições para um desenvolvimento económico sustentado, o plano é muito incipiente quanto aos objetivos e ações a realizar. Aos projetos mais importantes é atribuída prioridade média ou baixa, sendo calendarizados para o ano 4 e seguintes do Plano. Por outro lado, não são referidas quaisquer parcerias a estabelecer (a não ser quanto ao Polo Tecnológico em que se diz ser a desenvolver em parceria com instituições do ensino superior e o empresariado), nem de que forma a Autarquia pode contribuir para apoiar as empresas, em especial as pequenas e médias empresas*

ix) *Um dos quatro eixos estratégicos considerados é “Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial”. No entanto, não existem ações ou investimentos previstos no Plano para dar corpo à importância do Porto de Setúbal e para promover a economia do mar.*

x) *É nosso entendimento que a proposta de aumento de cérceas, em certas áreas da cidade ,na frente ribeirinha e Várzea em particularmente, irão redesenhar um novo perfil na frente urbano, podendo contribuir para uma descaraterização da imagem da cidade .*

Pelas razões expostas, entende haver razões pertinentes e objetivas para não votar favoravelmente a presente proposta, no entanto e pelo facto de a revisão deste Plano Diretor Municipal se arrastar ao longo de 17 anos, com consequências graves para o investimento e desenvolvimento do concelho de Setúbal, não nos revendo nas prioridades definidas, nem na aplicação de alguns parâmetros urbanísticos, em certas partes UOPG, sendo o Partido Socialista, um partido responsável, que não é populista, nem fonte de bloqueio, mas desejando e esperando que o documento agora apresentado possa já no decorrer dos próximos tempos, ser alvo das adaptações que entendemos ser necessárias, que visem a sua otimização e adaptação em dar cumprimento á nossa visão política, de um concelho que aposta na eliminação da segregação social, que aposta na educação e formação dos seus municípios, que aposta em políticas que potenciem hábitos de vida saudáveis, um concelho que tenha capacidade de regeneração e de atratividade, capaz de atrair investimento, que traga desenvolvimento económico, que crie emprego e seja capaz de atrair novos residentes, não numa perspetiva meramente quantitativa, mas de regeneração do próprio tecido social, urbano e populacional, onde possamos materializar os nossos sonhos e ambições.

Por estas razões o Partido Socialista optou pelo voto da abstenção.”

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – *Fez a seguinte declaração de voto: “O Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDMS) encontra-se em revisão desde 29.05.2004. Esta demora criou expetativas, eventualmente excessivas, e tornou as opções estruturais, entretanto tomadas, pouco consensualizadas, perdendo dimensão estratégica. Muitas das dificuldades e insuficiências geradas pelo desatualizado PDMS em vigor (10.08.1994), mantiveram-se por demasiado tempo, prejudicando o desenvolvimento do território. O PDMS está há mais tempo em revisão (17 anos), do que em efetividade plena (10 anos).*

Com todo este tempo, a Revisão do PDMS (RPDMS) tinha tudo para gerar um consenso alargado para o desenvolvimento urbano e territorial da cidade e do concelho. Mas terá sido isso que aconteceu?

Do ponto de vista formal o RPDMS responde, no geral, ao que a lei e as boas práticas recomendam para os chamados Planos de 2.ª Geração. No entanto, quer ao nível da sua capacidade de comunicação, quer o nível da sua monitorização, esta revisão do plano torna-se difícil de compreender e de avaliar. Os estudos municipais complementares encontram-se, alguns deles, muito desatualizados, dos quais a Carta Educativa (2006) nos parece exemplar. As realidades educativas e demográficas encontram-se muito alteradas nestes últimos quinze anos. É com base nelas que vamos tomar opções para os próximos 10 anos?

É também inexistente uma avaliação autocrítica, assim como, uma proposta de adaptação do atual modelo organizativo dos serviços municipais, face ao que se mostrará necessário e adequado perante os novos desafios que o plano preconiza. Este aspeto antevê as

dificuldades da Administração na sua execução com a eficácia e eficiência, necessária para o implementar.

Na Visão Estratégica e nos desafios nela assumidos, os Objetivos Globais (OG) apresentados na RPDMS para os diferentes Eixos Estratégicos de Desenvolvimento (EED) e respetivos Objetivos Específicos (Oe), medidas e ações (M), para responder à ambição gizada, verifica-se que os indicadores propostos para cada critério de avaliação dos fatores críticos de decisão (FCD) não estão formulados de forma a poderem ser compreendidos. O modo como se irá avaliar o grau de cumprimento daqueles objetivos (OG), dado que não são definidas metas (indicadores de execução) mesmo ao nível dos 12 Programas sugeridos, dificulta o entendimento como se poderá avaliar o seu grau de execução.

Para a proposta de ordenamento (planta de ocupação do solo e regulamento) também não existe qualquer programação, nem priorização, para a realização dos instrumentos urbanísticos ou para as unidades de execução a delimitar, preconizados para a execução do plano relativamente às diferentes unidades e subunidades operativas de planeamento e gestão (UOPG e SUOPG).

A previsão de autofinanciamento municipal proposta no Programa de Execução – Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira para os dez anos de horizonte do Plano é também ela uma falácia. A capacidade do Município de Setúbal em garantir a cobertura financeira do investimento municipal previsto na RPDMS é impraticável, mesmo considerando a evolução do IMI desde 2002 (6M€) para 2019 (23,5M€) que quase quadruplicou em termos absolutos, e duplicou em termos de peso nas receitas correntes do município (de 17% para 30%).

Se não vejamos, no plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira, nº 3.7 - previsão de autofinanciamento municipal, os proponentes afirmam que a evolução do autofinanciamento de 2012 a 2017 garante que os investimentos municipais, previstos na presente Revisão do PDM Setúbal, serão financiados pelo superavit previsional para o período de 2018 a 2029. Esta afirmação é falsa!

Segundo o documento em análise, o pretense "autofinanciamento municipal" é igual a:

"Receita corrente cobrada líquida + vendas bens investimento + ativos financeiros – despesas com pessoal – encargos correntes da dívida – transferências correntes – outras despesas correntes".

Ora, a não inclusão na despesa corrente municipal da rubrica aquisição de bens e serviços (ABS) altera radicalmente os valores em apreço, por exemplo:

Em 2017, o pretense "autofinanciamento municipal" atingiria o montante de 39 096 k€, já com a dedução da rubrica ABS, o valor é apenas de 12 963 k€ (menos de 1/3).

Ora, a ABS é a segunda rubrica mais importante das despesas correntes da CMS.

Se pretendemos uma avaliação da capacidade de autofinanciamento da autarquia, podemos optar, entre outras alternativas, pela regra do equilíbrio orçamental, prevista na Lei nº 73/2013, de 3 setembro, a saber:

Receita corrente cobrada bruta – (despesa corrente paga + amortização média dos empréstimos MLP).

A aplicação da regra do equilíbrio orçamental às contas da CMS, no período de 2015 a 2019, (conforme valores indicados nos relatórios de gestão da autarquia), deu como resultado médio anual o montante de 7 173 k€.

Ora, para quem pretende investir, em média anualmente, 44 000 k€ ao longo dos próximos dez anos, comprova-se que o plano de financiamento apresentado está construído sobre um castelo de cartas mal-arrumadas.

A RPDMS na sua Visão Estratégica não coloca o acento tónico no que nos parecem ser os dois elementos estruturantes para Setúbal:

1- O Desenvolvimento Económico, através da criação de condições para o investimento privado sustentável e da aposta no capital humano;

2- A Preservação do Ambiente e da Paisagem como capital natural indispensável como recurso e ao bem-estar social dos seus habitantes e para quem nos visita.

Relativamente ao Desenvolvimento Económico, quais os investimentos previstos que promovem o investimento privado sustentável? O capital humano? Será o Parque Santiago que representa um dos falhanços históricos da governação comunista? Temos de esmiuçar estes investimentos, tais como o Polo Tecnológico, o Parque Logístico, a Incubadora de Empresas, o Parque Temático de Lazer, o Terminal 7, para perceber o retorno efetivo que têm para a economia do concelho? Ou para a criação de riqueza indispensável para melhorar a qualidade de vida dos Setubalenses?

Por exemplo, sabemos que a Reabilitação Urbana tem um papel muito importante na revitalização das cidades, em particular nos seus centros históricos, potenciando a criação de riqueza, pela atratividade que gera e pela qualidade de vida que promove e das valências culturais que fomenta. Reconhecemos até que, o município deve reabilitar os seus edifícios de forma exemplar, pondo-os ao serviço da comunidade ou de quem visita e investe em Setúbal. No entanto, não é isso que temos observado e o que se anuncia fica muito aquém do que seria desejável.

Destacamos aqui a aquisição de imóveis e intervenções em edifícios previstos no RPDMS, que representam uma percentagem substancial do investimento previsto. Aquilo que percebemos é que existe uma visão estatista e intervencionista, por parte do atual poder autárquico, que se vai prolongar de forma evidente neste novo PDM (ver Programa 7 e 10), sobrecarregando os contribuintes.

Propõe-se este criar ainda mais instalações municipais, muitas a adquirir/ampliar e todas a recuperar e a manter. Com os acrescidos custos de manutenção e de pessoal sem um efetivo retorno para a realidade económica, social e cultural setubalense. A isto poderíamos chamar de "Capitalismo Municipal", que pretende através do investimento municipal, à custa dos nossos impostos, criar um sistema de controlo económico, social e cultural, gerando uma cada vez maior dependência dos cidadãos e a subserviência da sociedade civil. O investimento reprodutivo, eficiente e proporcional às necessidades das famílias e das empresas, não é aqui tido em conta.

Se algumas propostas podem ter mérito cultural/artístico indiscutível, como o Convento de Jesus, outras revelam uma vontade tentacular de criar mais dependências e situações insustentáveis, parecendo até existir uma quase duplicação de propósitos, sem qualquer utilidade efetiva, no contexto de uma cidade com a dimensão e os recursos de Setúbal.

O Arquivo Américo Ribeiro e a Casa da Imagem e do Cinema, ambos a adquirir no Centro Histórico, parecem uma efetiva duplicação de propósitos, justificando-se a primeira, não tendo qualquer sentido a segunda. E mesmo o Arquivo Américo Ribeiro, não poderia ser organizado em alguma das instalações já existentes que pudessem albergar essa valência? Ou, até ser, por acordo de parceria protocolado com alguma escola, a sua organização e manutenção? E uma casa do Fado? A que propósito em Setúbal? Isto só para falar em alguns dos muitos que se propõem, sem ainda se ter conseguido tornar uteis todos que já estão na alçada do município. O exemplo do processo associado à Casa das Quatro Cabeças, não augura nada de bom. Demorou muitos anos a recuperar, sua finalidade continua indeterminada e o investimento realizado sem retorno à vista.

Numa cidade cheia de carências, isto é incompreensível. Desde a habitacional à saúde. O parque escolar, onde o primeiro ciclo é responsabilidade autárquica e que apesar da diminuição do número de alunos, nos últimos anos, continuam a existir estabelecimentos que não conseguem oferecer escola a tempo inteiro, por manifesta falta de salas. Algo se revela errado nas propostas de investimento aqui apresentadas. O capital humano e a criação de riqueza não são aqui prioridades.

As opções políticas vertidas nesta revisão do PDM de Setúbal são de continuidade, relativamente aquilo que tem sido a ação do atual executivo. O "investimento" previsto, mas sem financiamento plausível, pretende aumentar o poder instituído sobre a sociedade, à custa dos contribuintes, subalternizando a promoção do investimento privado, gerador de emprego e inovação.

Sem criação de riqueza, suportada no investimento sustentável e no capital humano, não podemos garantir o estado social que assumimos como essencial para o progresso individual e coletivo de todos os Setubalenses.

No que concerne à Preservação do Ambiente e da Paisagem, o saneamento básico joga um papel essencial. Mas o abastecimento de água, a drenagem e tratamento de águas residuais domésticas, industriais e ainda a limpeza, a higienização dos espaços públicos, a recolha seletiva e tratamento dos resíduos domésticos (industriais e hospitalares) no concelho de Setúbal não tem uma descrição com a caracterização e dados paramétricos da atual situação que permita avaliar e ajuizar a situação atual. Não é na RPDMS abordada qualquer proposta fundamentada, sustentável e credível com objetivos e metas paramétricas a atingir para se garantir da evolução da prestação destes serviços a prestar pelo município, cumprindo os objetivos de qualidade, eficiência e a satisfação dos setubalenses a que se deve juntar o objetivo nobre de assegurar a despoluição do Rio Sado.

Os investimentos previstos na RPDMS na área do abastecimento de água, saneamento básico e drenagem pluvial atinge o montante de 78,24 M€. Mas será credível após o que a governação comunista realizou nestes últimos 19 anos estarem agora a propor este valor? Para onde foram as rendas pagas pelas Águas do Sado? E os 13 M€ que contabilizaram como dívida do concessionário há 10 anos sem resultado, exceto empolar as contas da autarquia?

Como exemplo do capital natural, focado nesta revisão do PDM, podemos referir a Economia do Mar, mas quase a limitam no documento ao turismo, minimizando a importância da Indústria no desenvolvimento e história de Setúbal. A pandemia tornou evidente que a falta de aposta na Indústria, ao contrário do turismo e dos serviços, foi um erro que a Europa e Portugal estão a pagar caro. Sem indústria não há criação de riqueza e emprego qualificado de forma sustentável, obviamente cumprindo os parâmetros ambientais definidos nos acordos internacionais, tendo em vista minimizar os seus impactos ambientais.

Devia esta RPDMS apostar no Capital Natural (recursos naturais renováveis e não renováveis que se combinam para produzir um fluxo de benefícios para a sociedade), no carbono azul, no sapal, na bioeconomia, na bioprospeção, na aquacultura, na pesca, na indústria naval, no turismo náutico de qualidade, na logística marítimas. Em todas as atividades económicas e científicas ligadas ao Rio e ao Oceano, visando a compatibilização da qualidade de vida com a defesa dos ecossistemas. Reafirmar a importância do Mar na minimização dos efeitos das alterações climáticas, onde Setúbal pode ter um papel significativo, aliando o Capital Natural com o Capital Humano.

A mobilidade e acessibilidade como elemento estruturante para eficiência de uma cidade ou de território tem sido um problema sem solução à vista nestas últimas décadas. Sendo, em nosso entender, um elemento essencial quer para o Desenvolvimento Económico quer para a Preservação do Ambiente e da Paisagem.

Setúbal, tendo uma deficiente articulação urbana, ao nível dos seus bairros, e um sistema de transportes sofrível, tem neste tema um dos seus principais desafios. No entanto, o principal objetivo da gestão camarária atual não tem sido a resolução deste problema. O que se tem assistido é uma obsessiva vontade de tornar a cidade num grande parque de estacionamento tarifado, que após várias tentativas acabou por levar a cabo com a aprovação por 40 anos de uma concessão de estacionamento que condiciona o futuro das próximas gerações. A redução e o pagamento generalizado do estacionamento, sem alternativas reais à mobilidade automóvel, torna a vida dos setubalenses mais cara e difícil. E esta RPDMS não promete nada de diferente, antes pelo contrário.

A construção do terminal intermodal era uma oportunidade para melhorar a mobilidade em Setúbal, mas o exíguo espaço encontrado, com soluções muito pouco acolhedoras para os utentes e com uma inserção urbana que terá fortes e variados impactos negativos, sem potenciar os positivos, tornam a Estação Intermodal da Praça do Brasil, uma não solução, para o problema que pretende resolver.

Continua sem se perceber se a construção da Via Circular a Poente da Cidade de Setúbal é ou não estruturante e fundamental para a resolução das acessibilidades à cidade de Setúbal e se o seu traçado assenta em algum estudo prévio com análise custo benefício?

Não se constata que fosse efetuada uma abordagem global às acessibilidades existentes não sendo apresentada uma proposta fundamentada e credível para se resolver as insuficiências e as carências atuais, assim como uma priorização criteriosa das obras a efetuar nos próximos 10 anos. Não se percebendo o que é prioritário para se resolver o essencial.

No que diz respeito a uma das questões essenciais, já aqui referidas, a habitação, o que nos revela esta RPDMS? Podemos perceber que o acesso à habitação para os mais carenciados e para a classe média está longe de ter neste documento uma orientação clara. A inação dos últimos anos, parece ser a indefinição dos próximos. Contraposta pela definição assumida de um investimento municipal orientado para a aquisição de imobiliário sem utilidade real para servir ou gerar de riqueza e bem-estar aos setubalenses.

A habitação, para além de um direito constitucional consagrado, é considerada estrutural na organização do território e da cidade, sendo uma das questões essenciais para aferir a qualidade de vida individual e comunitária e a capacidade de inclusão/segregação de uma sociedade.

Desejavelmente o Estado e as Autarquias devem suprir as “falhas do mercado” neste campo tão importante para as famílias e para o bem-estar social. Sabendo que existirão sempre agregados familiares que não conseguem ter rendimentos para viver numa habitação condigna, ao seu custo real, as políticas públicas são essenciais para garantirem essa possibilidade. Quando um território revela elevados índices de pobreza a “correção do mercado” é ainda mais determinante para garantir, não só o direito ao “acesso à habitação”, desses estratos sociais mais carenciados, como do direito do “acesso à cidade”, pois é nesta que os custos do parque habitacional se tornam mais inacessíveis aos que menos têm. Quando, como nos últimos anos, os preços das casas, novas ou usadas, se tornaram cada vez mais caras, deixaram de ser só os “pobres” a não conseguirem ter acesso a uma habitação condigna e à cidade. A denominada “classe média” também começou a ter dificuldades em o conseguir.

Em Setúbal, temos visto nas últimas décadas, a completa falta de iniciativa e preocupação sobre este tema, por parte das entidades públicas. Quer do Estado quer da Autarquia. O problema da habitação deixou de fazer parte das preocupações do Poder Autárquico. Com exceção de alguns programas de reabilitação do edificado existente em algum do património habitacional municipal, as políticas resumiram-se a administrar de forma casuística o parque de “habitação social” disponível.

E o que se propõe fazer a este nível, com o PDM revisto, com um horizonte de 10 anos, a atual maioria camarária?

Diz-se no Programa de Execução e Plano de Financiamento e Fundamentação Económico Financeira, que os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

- 1. Promover uma política de apoio à habitação social pública através da implementação do Programa Local de Habitação;*
- 2. Intervir na reabilitação dos edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública e também na reabilitação de casos prioritários nos fogos municipais;*
- 3. Implementar as operações de reabilitação urbana de Setúbal e de Azeitão.*

Sobre o primeiro, o Programa Local de Habitação (PLH) diz-se que é “composto por um único projeto, constitui um instrumento estratégico de diagnóstico, planeamento, gestão e monitorização da realidade socio-habitacional do concelho de Setúbal, e tem como alvo as famílias que não têm capacidade de acesso a uma habitação condigna sem o apoio público/municipal”. No plano dos princípios não parece merecer reparo, mas já no seu desenvolvimento ficamos com muitas dúvidas. “Pretende-se desenvolver um processo de planeamento habitacional e urbano adequado às dinâmicas sociodemográficas e suas condições de habitabilidade, enquadrado com as políticas municipais de cidade e de âmbito socio-habitacional”. Aqui ficamos muito pouco esclarecidos com o que se propõe fazer. Não se percebe se o objetivo é apenas planear (parece), nem o que fazer com o parque

habitacional existente. Não se define se pretendem construir, reabilitar, condicionar, criar parcerias, apoiar o arrendamento, ou outra qualquer medida ou programa que possa efetivar a disponibilização de uma “habitação condigna” para as famílias que não conseguem aceder sem um apoio público/municipal, definido como seu objetivo principal. Parece uma intenção sem qualquer orientação formada, não deixando antever capacidade ou vontade política para a realizar.

Este PLH é dado como de prioridade alta e prevê um investimento de 30 000 000€ divididos a 50% entre a Autarquia (15 000 000€) e o Estado (15 000 000€), não deixando perceber como, onde ou quem poderá beneficiar com este programa.

O segundo objetivo divide-se em duas intervenções de reabilitação de edifícios dos bairros municipais. A primeira, diz respeito a “uma operação de reabilitação de edifícios nos 7 Bairros Municipais de Habitação Pública” e incide sobre obras de beneficiação das condições habitacionais”, essencialmente a nível energético. A segunda destina-se a melhorar as instalações sanitárias e as cozinhas dos casos prioritários nos fogos municipais.

Este parece-nos o propósito mais conseguido, pois a manutenção e melhoria do parque habitacional parece ser uma obrigação de qualquer senhorio. Mas sobre a forma como se vai gerir o parque habitacional municipal existente e futuro, assim como as novas soluções para habitação dos mais carenciados e da classe média com mais dificuldade em aceder a habitação condigna na cidade ainda pouco sabemos.

A posição do PSD de Setúbal face à Revisão do PDM, só pode ser um voto negativo.

Planejar um Território como Setúbal tem de estar focado no seu Desenvolvimento Económico e na Preservação do Ambiente e da Paisagem onde as pessoas e o seu capital humano, assim como a potenciação das condições naturais endógenas têm de ser o centro e a essência do planeamento territorial e urbano.

Um PDM não pode ser um conjunto de lugares comuns, politicamente “corretos”, que não estabelecem nem metas, nem financiamento, nem esperança, a uma população que merece há muitos anos ver transformar o potencial, de uma cidade e do seu concelho numa realidade tangível.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Fez a seguinte declaração de voto: “Peço desculpa, porque isto parece-me grave. Eu não intervim, mas chegou-me esta informação e é para dizer que, em política, não vale tudo. Em política, não vale tudo e, já agora, aproveito para fazer aqui uma réplica. Quero saudar, independentemente das divergências, o Vereador Paulo Lopes, pelo esforço que teve neste documento, mas, em política, não vale tudo.

É vergonhosa - e, hoje em dia, temos acesso, infelizmente, pelas piores razões - à destruição da democracia e da política pelas redes sociais. É vergonhoso que, enquanto estamos a fazer esta discussão, haja dirigentes do Partido Social Democrata que estão a colocar, nas redes sociais, que esta discussão do PDM está a ser feita sem transparência.

Eu sei que a senhora vereadora não tem tido a possibilidade, em muitos outros momentos, de partilhar connosco estas reuniões. Muitas vezes discutimos, muitas vezes divergimos, nem sempre é fácil a discussão, mas é inaceitável que, em democracia, no tempo em que estamos a viver, em que todos somos responsáveis pelos nossos atos, afirmar que a discussão...

Podemos discutir e divergir sobre o conteúdo da proposta, podemos divergir e discutir sobre perspetivas sobre a proposta, não podemos pôr em causa a seriedade do trabalho, nem a forma transparente - como foi dito, por várias vezes, em diferentes intervenções - em todo este processo.

E, portanto, quero deixar aqui o meu voto de protesto, em como, mesmo a correr esta reunião de câmara, há dirigentes do Partido Social Democrata que estão a fazer estas publicações, com nota sobre a ordem de trabalhos desta reunião de câmara, e não posso deixar de referir isto. É inaceitável, em democracia, a forma como os dirigentes do Partido Social Democrata se estão a comportar, relativamente a esta situação.”



9. Deliberação n.º 98/21 – Proposta n.º 12/2021 – DURB/DIPU/GAP – Alteração ao Loteamento do Bairro da Liberdade

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 99/21 – Proposta n.º 13/2021 – DURB/DIPU/GAP – Alteração ao Loteamento Municipal do Bairro da CHE Setúbal, na Azeda

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 100/21 – Proposta n.º 14/2021 – DURB/DIMOT – Continuidade da Suspensão dos Serviços de Estacionamento Tarifado na cidade de Setúbal – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 101/21 – Proposta n.º 15/2021 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de exceder velocidade máxima de 30 km/h., na Av. dos Combatentes da Grande Guerra

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 102/21 – Proposta n.º 16/2021 – DURB – Alteração ao Regulamento Municipal de Edificações Urbanas do Município de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PSD.



14. Deliberação n.º 103/21 – Proposta n.º 06/2021 – DRH – Atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade. Alteração da Deliberação nº 62/2021, de 03 de março.

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 a 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 104/21 – Proposta n.º 02/2021 – SMPCB – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa SECIL, SA

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 105/21 – Proposta n.º 06/2021 – DOM/DIHAB/SEGAH – Suspensão de Venda de Habitação Pública a Inquilinos Municipais

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47.

Sra. Vereadora Isabel Ramalho – Disse que gostaria só de colocar uma questão, quantos seriam, então, esses inquilinos que iriam ficar com esses contratos, a quem não seria vendida a casa? Já tinham percebido que não seriam prejudicados e esse seria o principal intuito, que seria para melhorar as condições, o que era um excelente objetivo. Só gostariam de ter uma noção, se tivesse presente, de quantos processos ficariam suspensos, naquele momento, dos que estariam previstos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aqueles que tinham contrato-promessa de compra e venda se iriam concretizar, eram os únicos previstos. Era, para aí, uma dúzia deles. Depois, retirando esses, não tinham ideia nenhuma de qual seria a intenção das pessoas, em relação ao seu fogo. As pessoas expressavam a sua intenção de compra, faziam-se os contrato-promessa de compra e venda e, depois, concretizava-se a venda, etc. Portanto, o que tinham decidido tinha sido propor que, para aqueles que tinham contrato-promessa de compra e venda, havia essa intenção declarada e havia um processo desenvolvido, manter-se-ia a venda. Para todos os outros, que pudessem vir, posteriormente àquela deliberação, a apresentar a sua intenção, iria ser dito - e, aliás, iria ser publicitado - que os bairros que tinham fogos à venda iriam deixar de ter, para as pessoas não se preocuparem com isso durante 20 anos.

Sra. Presidente – Disse que, em relação a isso, queria explicar, assim de uma forma mais prática, o que estava a acontecer. Nos fogos de iniciativa municipal, alguns fogos estavam a ser vendidos a terceiros. Eram das pessoas, as pessoas compravam-nos por valores muito residuais e, passados uns tempos, desapareciam, já não eram delas. Portanto, não era justo que, ao fim de tantos anos, houvesse pessoas que precisavam daquelas casas e as pessoas fizessem dinheiro com as casas que, antes, tinham comprado à Câmara Municipal, por 8 ou 9 mil euros. Já tinham aparecido ali alguns casos de 10 mil. Por exemplo, 51 por cento da Bela

Vista estava vendido e as pessoas vendiam aquilo rapidamente. Algumas pessoas vendiam por 3, 4 ou 5 vezes mais. Havia outros que vendiam e continuavam.

Pedia desculpa, mas havia agiotas e estavam a tentar “caçar” esses casos, até por dificuldades financeiras dessas pessoas, dessas famílias, que tinham comprado à Câmara e estavam a pagar a um banco. Depois, vendiam a essas pessoas, que lhes davam tuta-e-meia e ficavam arrendatários dessas pessoas, com uma data de gente à espera de uma casa. E eles, que pagavam ao banco, às vezes, 100 e tal euros, às vezes nem isso, porque o valor era muito pequenino, estavam em situações aflitivas, por qualquer razão, e, depois, pagavam 300 ou 400 euros a essas pessoas que lhes tinham comprado as casas, tinham feito negócio e os mantinham lá, pessoas muito dignas da cidade, que ninguém levava presos e que tinham aí uns quantos apartamentos assim. Tinha tido a “lata”, até, de vir pedir à Câmara, por causa de uma expropriação de uma coisa que tínhamos que deitar abaixo, que não fazia sentido - tinha sido nessa altura que tinham descoberto isso -, dizer que a Câmara lhe facilitasse 3 ou 4 apartamentos, para ele fazer negócio, para pagar aquilo.

Tinha respondido que os apartamentos eram para as pessoas que precisavam de casa e que havia muita gente em lista que esperava que, rapidamente, com esses programas da Porta de Entrada e do 1.º Direito, que estavam, naquele momento, em cima da mesa, que conseguissem resolver montes de problemas às pessoas. Fazer mais casas, reabilitar algumas. Aliás, em relação à reabilitação, tinham assinado com o senhor ministro, o Ministro das Infraestruturas, de que tinham falado havia pouco. Tinha sido com ele que tinham já assinado um programa de 23 milhões de euros, para reabilitação dos nossos bairros todos. Portanto, era extremamente injusto.

Esse financiamento não era só para as casas que eram da Câmara, era, também, para aquelas das pessoas e, algumas delas, já estavam nas mãos de outros, a fazerem negócio. Portanto, quanto a essas pessoas, os que não estavam ainda a fazer negócio, mas que pensavam vir a fazer negócio, estavam em cima disso. Esse dinheiro iria beneficiar-lhes as suas casas e, se detetassem que eles faziam negócio com isso, não era justo. Não era justo, o dinheiro era público. Para isso era preciso criar documentos, era preciso criar instrumentos para travar esses negócios.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 106/21 – Proposta n.º 34/2021 – DCDJ/DICUL – Bienal Bambolinices – apoio financeiro e protocolo com GATEM

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 107/21 – Proposta n.º 35/2021 – DCDJ/DICUL – Espetáculo das Marchas Populares de Setúbal 2021 – apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

19. Deliberação n.º 108/21 – Proposta n.º 36/2021 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 109/21 – Proposta n.º 37/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio a obra de remodelação da sala de troféus do Rancho Folclórico de Praias do Sado

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

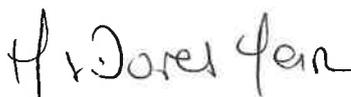
Não houve período destinado à intervenção do público, uma vez que, em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção-Geral de Saúde sobre a eventual propagação do COVID-19, a reunião realizou-se à porta fechada, sem a presença de público.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e cinquenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

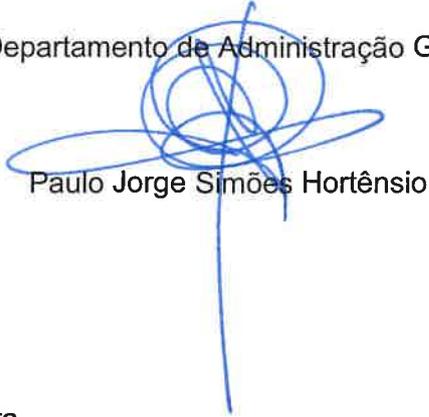


Maria da Dores Marques Banheiro Meira

4

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 21 de abril de 2021, por unanimidade, contém 50 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio